

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Simão, pessoa jurídica de Direito Público Interno, por sua Prefeitura Municipal, com CNPJ n.º 45.369.220/0001-25, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Marcos Daniel Bonagamba, portador do RG n.º 20.402.756-1 e CPF n.º 083.993.648-60 vem por meio do Departamento de Licitações e Contratos, sediado a Rua Rodolfo Miranda n. 167 – Centro São Simão SP CEP 14.200.000, informar que realizará licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo menor preço global, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, do Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto n. 7.983, de 08 de abril de 2013, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, das Instruções Normativas SEGES/MP n.º 05, de 26 de maio de 2017, Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3, de 26 de abril de 2018, Instrução Normativa SEGES/MP n.º 6, de junho de 2018 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**TOMADA DE PREÇOS:** Modalidade realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

A escolha da modalidade licitatória é feita em razão do valor estimado para o empreendimento: convite: R\$ 330.000,00; tomada de preços: até R\$ 3.300.000,00; e concorrência: acima de R\$ 3.300.000,00.

Orientação Normativa/AGU 10: “Para fins de escolha das modalidades licitatórias convencionais (concorrência, tomada de preços e convite), bem como de enquadramento das contratações previstas no art. 24, I e II, da lei n.º 8.666/1993, a definição do valor da contratação levará em conta o período de vigência contratual e as possíveis prorrogações. Nas licitações exclusivas para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) refere-se ao período de um ano, observada a respectiva proporcionalidade em casos de períodos distintos”

Saliente-se que, de acordo o entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão 4935/2012 – 2ª Câmara) “A escolha da modalidade licitatória deve basear-se no valor total da contratação, **incluindo os possíveis acréscimos**, pois, conforme dispõe o caput do art. 8º da Lei 8.666/93, ‘a execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução”. Dessa forma, o enquadramento como Concorrência, Tomada de Preços ou Convite deve considerar não só o valor estimado inicialmente, mas também os acréscimos cabíveis na forma da lei (25 ou 50%).

Observar que, nos casos em que couber Convite, a Administração poderá utilizar a Tomada de Preços e em qualquer caso, a Concorrência.

**Nota explicativa:** Sobre a diferenciação entre os diferentes regimes de execução, cabe citar o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União que esclarece que:

#### “1.3. Empreitada

É a denominação utilizada para a execução de contrato de obra ou de serviço de engenharia. E pode ser dividido em Empreitada por Preço Global, Empreitada Integral e Empreitada por Preço Unitário. Distingue-se do regime de tarefa porque não há uma preponderância da utilização de mão de obra, mas a conjugação de bens e atividades que se destinam a obtenção de uma utilidade.

##### 1.3.1. Empreitada por Preço Global

É o modo de contratação do serviço ou obra de engenharia no qual a execução do contrato, ainda que dividido em etapas, se dá com a entrega de todos os itens e características que compõem o seu objeto, que estão incluídos detalhadamente no preço total da avença, cujo principal efeito é a transferência dos riscos do valor total do empreendimento à empresa contratada, que é obrigada a incluir em sua proposta todos os valores e itens necessários à execução global do ajuste. A empreitada por preço global deve ser escolhida nas situações em que seja plenamente possível a definição precisa de todos os componentes da obra/serviço, cuja margem de incerteza seja mínima. Caso exista falha significativa do projeto básico, a empresa licitante deverá obrigatoriamente provocar a comissão licitatória ou o pregoeiro para que justifique, esclareça ou corrija a falha alegada, vez que a participação na licitação pressupõe a concordância com todos os termos ali fixados, e que o projeto básico não pode permitir grande margem de subjetividade entre os licitantes, sob pena de violação ao princípio da isonomia. Demais disso, são passíveis de nulidade as licitações e os contratos decorrentes de projetos com imperfeições que impeçam a perfeita caracterização da obra/serviço, nos termos do art. 7º, §6º da Lei n. 8.666/93. Admite-se, porém, certa liberdade de apreciação para os licitantes, quanto aos modos e técnicas que serão utilizados na execução do contrato, quando o ordenamento jurídico permite que seus custos unitários sejam diferentes daqueles projetados pela Administração.

#### 1.3.2. Empreitada Integral

A Empreitada Integral é uma forma ampliada da Empreitada por Preço Global. Nela, a Administração pretende não apenas a entrega de um bem ou a mera execução de um serviço. Objetiva-se o recebimento de um empreendimento funcional, ou seja, contrata-se a entrega de um bem com o valor agregado proveniente de toda a estrutura logística/material necessária ao seu funcionamento, ainda que a execução exija a subcontratação de empresas com diferentes especialidades. Exemplo: a entrega de um prédio hospitalar pode ser realizada por preço global; porém, a entrega de um hospital funcional se contrata por meio da empreitada integral.

#### 1.3.3. Empreitada por preço unitário

Destina-se aos empreendimentos que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Portanto, é especialmente aplicável aos contratos que podem ser divididos em unidades autônomas independentes que compõem o objeto integral pretendido pela Administração. São exemplos: execução de fundações; serviços de terraplanagem; desmontes de rochas; implantação, pavimentação ou restauração de rodovias; construção de canais, barragens, adutoras, perímetros de irrigação, obras de saneamento, infraestrutura urbana; obras portuárias, dragagem e derrocamento; reforma de edificações; e construção de poço artesiano. Não se exige o mesmo nível de precisão da empreitada por preço global/integral, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, em razão de fatores supervenientes ou inicialmente não totalmente conhecidos. Assim, pode-se afirmar que a conveniência de se adotar o regime de empreitada por preço global diminui à medida que se eleva o nível de incerteza sobre o objeto a ser contratado (TCU, Ac n. 1.977/2013-Plenário, Item 29).

#### 1.3.4. Escolha do regime aplicável

Considerando que a escolha entre os regimes de empreitada terá impacto significativo no curso do contrato, no que diz respeito aos critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global, às medições e ao regime de pagamento, às modificações contratuais qualitativas/quantitativas, incluindo a margem de tolerância para as alegadas falhas estruturais e de dimensionamento do projeto básico, dentre outros aspectos, é dever do gestor escolher o regime que melhor atende ao interesse público diante das possíveis eventualidades que venham a incidir no contrato, de modo que se pode afirmar que a discricionariedade na adoção de um ou outro regime é consideravelmente mitigada, porquanto a autoridade estará vinculada às opções decorrentes dos estudos e levantamentos preliminares que definirão os modos possíveis de contratação do empreendimento, tendo em vista, principalmente, os parâmetros da eficiência e economicidade.”

Sobre a matéria, importante também a leitura do Acórdão nº 1977/2013 – Plenário, do TCU, no qual consta relevante estudo acerca da adoção de empreitada por preço global em obras públicas, com indicações acerca do melhor regime de execução para cada espécie de obra. No mesmo julgado é também salientada a importância da motivação da adoção do regime de execução pela área técnica responsável pelo Projeto Básico.

**1 -HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:**

1.1. Até às **13:45 horas, do dia 01 de dezembro de 2022**, no endereço Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP para entrega dos Envelopes nº 01, com os documentos de habilitação, e n. 02, com a proposta, além das declarações complementares.

**2. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA**

2.1. Às **14:00 horas, do dia 01 de dezembro de 2022** localizado no endereço Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP terá início a sessão pública, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a realização de consulta “on line” ao SICAF (se for o caso).

2.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

<p style="text-align:center"><b>ENVELOPE Nº 1</b> <b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b> <i>DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO</i> TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2022 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE) (CNPJ)</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p style="text-align:center"><b>ENVELOPE Nº 2</b> <b>PROPOSTA</b> <i>DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO</i> TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2022 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE) (CNPJ)</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

2.3. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os

dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares, com antecedência mínima de 30 minutos do momento marcado para abertura da sessão pública.

### 3. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

3.1.1. **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.2. **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

3.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

***Nota explicativa:** Orienta o TCU, no Manual intitulado: Licitações & Contratos. Orientações e Jurisprudência do TCU. 4ª ed. p. 326: “Credenciamento do representante legal pode ser exigido em qualquer modalidade licitatória. Considera-se representante legal pessoa credenciada por documento hábil. Entende-se por documento hábil para credenciar o representante: estatuto/contrato social, • quando o representante for sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; • procuração ou documento equivalente, ambos outorgados pelo licitante, dando poderes ao representante para se manifestar em nome do concedente, em qualquer momento da licitação.”*

### 4. OBJETO

4.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de empresa para execução de reforma e adequação para o centro de**

**atendimento psicossocial (localizado na Rua Mário Meirelles dos Santos n. 211 Jardim Brasil – São Simão SP, conforme Planilha Orçamentária, Cronograma e Memorial Descritivo anexo a este Termo de Referência.**

4.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**Nota explicativa:** As redações possíveis acima refletem os possíveis formatos do objeto da licitação.

O órgão não poderá contratar o mesmo prestador para realizar serviços de execução e fiscalização relativos ao mesmo objeto, assegurando a necessária segregação das funções. De acordo com o TCU, “Parcelamento é a divisão do objeto em partes menores e independentes. Cada parte, item, etapa ou parcela representa uma licitação isolada ou em separado.” (Licitações & Contratos. Orientações Básicas. 4ª ed., p. 225).

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, também aplicável à modalidade pregão, por força do disposto no art. 9º da Lei nº 10.520, de 2002. O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). Por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa quando este não for adotado.

A IN SEGES/MP N. 05/2017 afirma, no item 3.8 do Anexo III – Diretrizes para Elaboração dos Estudos Preliminares, que “o parcelamento da solução é regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala”. Segundo o mesmo dispositivo, o objeto poderá ser parcelado caso se assegure, concomitantemente, que: 1) a divisão é técnica e economicamente viável; 2) não haverá perda de economia de escala; e 3) haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

O órgão ou entidade, no entanto, não poderá contratar o mesmo prestador para realizar serviços de execução e fiscalização relativos ao mesmo objeto, assegurando a necessária segregação das funções.

**Nota Explicativa 2:** O item 1.3 trata do critério de julgamento da licitação.

No caso do julgamento pelo grupo, o critério mais adequado é o menor **preço global**, resultante do somatório dos valores totais de cada item que o compõe (preço unitário multiplicado pelo quantitativo total).

Nesse sentido, é o entendimento do TCU em caso similar (Acórdão nº 122/2012 – Plenário):

“13. Não há argumentos nestes autos que demonstrem que a soma de preços unitários (que podem variar de centavos a milhares de reais) de centenas de produtos, equipamentos e serviços passíveis de utilização em eventos das mais variadas naturezas (de copo descartável a equipamentos de som), sem que se considere as estimativas de quantidades, seja de alguma forma um critério que reflita o menor dispêndio da administração para obtenção dos serviços que deseja (ou a proposta mais vantajosa).(...)

9.3. cientificar (...) que o menor somatório dos preços unitários não é critério racional, apto e válido para seleção da proposta mais vantajosa para a administração, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, e, portanto, não pode ser utilizado como critério de julgamento de proposta de preços;”

Consta, aliás, da orientação divulgada no Comprasnet para tais situações: “as licitações, nos moldes do Pregão em tela, devem ser incluídas no SIASG com todos os itens da planilha e suas respectivas quantidade e valores de referência. É indispensável que se inclua nas licitações (1) as estimativas de quantidades e (2) os preços de referência, ou preço unitário máximo” (Nota Técnica nº 182/DLSG/SLTI-MP)

**Nota Explicativa:** De acordo com o TCU, “Parcelamento é a divisão do objeto em partes menores e independentes. Cada parte, item, etapa ou parcela representa uma licitação isolada ou em separado.” (Licitações & Contratos. Orientações Básicas. 4ª ed., p. 225). A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993. O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a

*competitividade, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). Por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa quando este não for adotado. Sendo inviável técnica ou economicamente a divisão do objeto em itens, o edital contará com apenas um item, mantendo-se o item correspondente no dispositivo acima.*

*O Tribunal de Contas da União, no Manual intitulado “Obras Públicas – Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas”, 3ª Ed. orienta: “O TCU, em suas deliberações, costuma reiterar a disposição dessa Lei, determinando à Administração que: proceda ao parcelamento do objeto, sempre que a natureza da obra, serviço ou compra for divisível, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes, devendo as exigências quanto à habilitação dos mesmos ser proporcionais ao parcelamento.*

*Nesses casos, entretanto, a modalidade a ser adotada na licitação de cada uma das parcelas deve ser aquela que seria utilizada caso houvesse uma contratação única, isto é, a escolha da modalidade deve ser feita em face do montante conjunto de todas as contratações. O desmembramento do objeto com vistas a utilizar modalidade de licitação mais simples do que se o objeto fosse licitado em sua totalidade é chamado de fracionamento e não é permitido.*

*É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.”*

**Nota explicativa - Subestimativas ou Superestimativas Relevantes:** Nos regimes de empreitada por preço global e empreitada integral recomenda-se haja a elaboração da matriz de riscos com a identificação dos itens relevantes e dos correspondentes graus de riscos. Saliente-se que tal recomendação decorre do entendimento do Tribunal de Contas da União nesse sentido (vide Acórdão TCU 1977/2013-Plenário).

*A partir dessa matriz, o Projeto Básico deverá contemplar os índices de “subestimativas ou superestimativas relevantes” a fim de garantir segurança jurídica de eventual necessidade de aditivos para correção de Projeto, como orienta o Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 1977/2013-Plenário: “...recomendação à jurisdicionada, para que, doravante, inclua nos editais cláusula a estabelecer, de forma objetiva, o que será objeto de aditamentos durante a execução da avença, bem como a definição do que venha a ser “subestimativas ou superestimativas relevantes””.*

*Isso consiste em um percentual parâmetro para aferição se eventual necessidade de modificação no projeto básico já estaria inclusa nos riscos do empreendimento (sendo remunerada no contrato pelo BDI) ou se poderia fundamentar uma alteração do projeto e de seu valor mediante termo aditivo. No caso, apenas se a modificação no projeto gerar uma alteração de valor superior ao percentual referencial supracitado é que seria possível a alteração do valor por Termo Aditivo, já que somente neste caso a subestimativa/superestimativa seria considerada “relevante” e superior aos riscos ordinários inclusos no BDI. Tudo isso sem prejuízo da análise técnica acerca dos demais requisitos necessários para que possa haver alteração ulterior do projeto básico, nos termos do art. 65, II da Lei nº 8.666/93.*

*Dessa forma, a área técnica deverá definir o que será considerado como mera imprecisão, a ser tolerada pelas partes e quais os percentuais de superestimativas ou subestimativas dos itens de maior valor e relevância técnica (avaliado de acordo com a metodologia ABC) que, por erros ou omissões, devem ensejar a elevação de termos aditivos para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, por certo que se observando o limite máximo de tolerância de erros de 10% do valor total do contrato, previsto no art. 13, inciso II, do Decreto n. 7.983, de 2013, em prestígio ao princípio da segurança jurídica, como ainda do art. 6º, inciso VIII, alínea ‘a’ c/c art. 47, art. 49 e art. 65, inciso II, alínea ‘d’, todos da Lei 8.666/93”.*

## 5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de **2022/2023**, na classificação abaixo:

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo  
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP  
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA				
Ficha	Órgão	Funcional Programática	Fonte de Recurso Financeiro	Valor Previsto R\$
348/2022	09.01	10.301.1008.2.008.4.4.90.51.00	0501	400.100,00

## 6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação

**Nota Explicativa:** *O objeto social incompatível com o objeto da licitação é impeditivo à contratação, a ser aferido na fase de habilitação jurídica. Nesse sentido o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 642/2014-Plenário, estabelece que: “30. Primeiramente, divirjo da unidade técnica quando indica que a exigência do contrato social das licitantes não seria destinada à comprovação da adequação do ramo de atuação das empresas com os serviços objeto do certame. 31. Ocorre que o art. 28, inciso III, da Lei 8.666/1993 inclui o contrato social, devidamente registrado, entre os documentos exigíveis para fins de comprovação da habilitação jurídica. Tal exigência visa justamente à comprovação de que a licitante tem a atividade comercial compatível com o objeto licitado. 32. O objeto social da empresa delineado no contrato social devidamente registrado comprova não apenas o exercício da atividade empresarial requerida na licitação, mas também que a empresa o faz de forma regular. E nesse ponto ressalto que a Administração deve sempre prestigiar a legalidade. Não basta que a licitante detenha a capacidade comercial de fato, faz-se necessário que ela esteja em conformidade com a lei.*

6.2. Não poderão participar desta licitação:

6.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.2.2. que não atendam às condições destes Edital e seus anexos;

6.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

6.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

**6.2.6- SÚMULA Nº 50 TCU - Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.**

6.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

**Nota Explicativa:** *Note-se que “...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P” - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).*

*Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).*

*Caso haja a opção pela participação de empresas em consórcio, além da justificativa, a Administração deverá adaptar o presente edital nos termos do art. 33 da Lei n. 8.666/93.*

6.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

6.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

6.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

*6.3 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.*

*6.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.*

**Nota explicativa:** Utilizar o subitem 6.2.9, se não for possível a participação de cooperativas. Caso contrário, utilizar o subitem 6.3 e 6.3.1. Atentar para a necessidade de renumerar os itens abaixo se for usado o subitem 6.3 acima.

*O órgão licitante deve analisar com cautela as características do serviço que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração.*

*Nos termos do artigo 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017 os requisitos de habilitação para participação de cooperativa devem observar o previsto no item 10.5 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.*

*Em caso positivo, a participação de cooperativas será permitida. Do contrário, deve ser vedada a participação de cooperativas no certame.*

*Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.*

*Lembramos que, caso se proíba a participação de cooperativas, as demais disposições do Edital devem ser adaptadas a esta nova condição.*

6.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

6.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2013);

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

6.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

*Nota explicativa: Caso sejam licitados serviços que exijam segregação de funções, o que não se recomenda que seja efetuado no mesmo procedimento licitatório, caberá ao gestor estabelecer a ordem de adjudicação que será adotada na hipótese de o mesmo licitante apresentar a melhor proposta para itens que não possam ser executados pela mesma empresa (por força da necessária segregação de funções). Por isso, cabe ao gestor analisar a natureza do serviço e examiná-la com base no artigo 31 da IN 05/2017 e item 3.2 do Anexo VII-A.*

## 7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF; (não sendo a falta de cadastro neste motivo de inabilitação)

7.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

*Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.*

7.1.3. **A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.1.3.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.1.3.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.1.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será declarado inabilitado, por falta de condição de participação.

**Nota explicativa:** O SICAF informa a composição do quadro societário das empresas, inclusive quanto ao percentual de participação de cada sócio.

Conforme o Manual do SICAF, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, o preenchimento desses dados é exigido já no Nível I - Credenciamento, de sorte que, a princípio, a comissão de licitação disporá das informações dos sócios das empresas, inclusive aquelas eventualmente não cadastradas nos demais níveis do SICAF.

De todo modo, caso tais informações não estejam disponíveis no SICAF, cabe à Comissão de Licitação solicitar a apresentação do contrato social da empresa - o qual, aliás, já é documento de apresentação obrigatória na habilitação jurídica e promover a pesquisa.

7.2. Não ocorrendo inabilitação, será consultado o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para os licitantes cadastrados, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. [10](#), [11](#), [12](#), [13](#), [14](#), [15](#) e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

7.2.1.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

7.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

#### **7.5. Habilitação Jurídica:**

7.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.5.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.5.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.5.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.5.6. *No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 174 da Lei nº 5.764, de 1971.*

**Nota explicativa:** Este item deve constar no Edital somente quando legítima a admissão de sociedades cooperativas na licitação.

7.5.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**Nota Explicativa:** Em havendo legislação especial incidente sobre a matéria, que preveja requisitos de qualificação técnica específicos, estes podem ser mencionados neste item do Edital.

*CTF/IBAMA: Cabe ao órgão promotor da licitação verificar o enquadramento do objeto contratual como Atividade Potencialmente Poluidora a fim de exigir o Cadastro Técnico Federal (CTF), nos termos do Anexo VIII da Lei 6.983/81 e do Anexo I da Instrução Normativa n. 06/2013-IBAMA, ou de norma específica (art. 2º, IN 6/2013).*

*Para as hipóteses de serviço de engenharia, a recente Instrução Normativa nº 11, de 13/04/2018, do IBAMA, recontextualizou as exigências relativas à inscrição. Na redação original do Anexo I da IN nº 06/2013, a categoria 22 – Obras Civis trazia a subcategoria genérica “22-8 Outras construções”, pressupondo o enquadramento das atividades comuns de construção civil.*

*Assim, as empresas que exercessem tais atividades de construção de obras civis estariam obrigadas à inscrição no CTF/APP, acarretando o requisito obrigatório de habilitação jurídica a ser demandado nas licitações e contratações públicas para execução de obras e serviços de engenharia.*

*Porém, a recente Instrução Normativa nº 11, de 13/04/2018, alterou tal Anexo I e passou a prever a categoria 22 – Obras Civis com as seguintes subcategorias: 22-1 Rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; 22-2*

*Construção de barragens e diques; 22-3 Construção de canais para drenagem; 22-4 Retificação do curso de água; 22-5 Abertura de barras, embocaduras e canais; 22-6 Transposição de bacias hidrográficas; 22-7 Construção de obras de arte; 22-8 Outras obras de infraestrutura.*

*Como se vê, a subcategoria genérica anteriormente existente, “22-8 Outras construções”, foi substituída por “Outras obras de infraestrutura” – mais compatível, aliás, com as demais subcategorias, todas voltadas às obras de grande vulto e impacto ambiental.*

*Por conta disso, somente nestes casos, enquadráveis no sobredito Anexo I, o órgão ou entidade deverá acrescentar neste edital:*

*Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata, para o exercício de atividade de obras civis, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, ou de norma específica (art. 2º, IN 6/2013).*

## **7.6. Regularidades Fiscal e Trabalhista:**

7.6.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.6.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.6.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.6.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.6.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;  
**(Certidão de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado e Certidão Negativa de Débitos não inscritos)**

7.6.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do licitante;

**Nota explicativa:** O artigo 193 do CTN preceitua que a prova da quitação de todos os tributos devidos dar-se-á no âmbito da Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. A comprovação de inscrição no cadastro de contribuinte e regularidade fiscal correspondente (estadual ou municipal) considerará a natureza da atividade, objeto da licitação. A exigência de inscrição no cadastro municipal decorre do âmbito da tributação incidente sobre o objeto da licitação; tratando-se de serviços, incide, em regra, o ISS, tributo municipal.

Portanto, se for exigido o credenciamento das empresas no SICAF, no nível referente à regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, a comprovação da mesma regularidade (por meio da apresentação dos documentos correspondentes no envelope nº 1) será exigida das empresas não credenciadas no sistema (princípio da isonomia). Se a regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal é exigida somente em relação a alguns itens, como os de maior valor ou complexidade, este subitem deverá indicar os itens da licitação a que se referem.

O órgão assessorado deve verificar a pertinência da inclusão destes requisitos de habilitação, bem como quais os tributos incidentes na execução da obra e adequar a redação dos dois itens acima de acordo com a competência tributária correspondente.

7.6.6.1. caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

**Nota Explicativa:** Dispõe a Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, que: “Art. 13. A Regularidade Fiscal Estadual, Distrital e Municipal, junto ao SICAF, do fornecedor considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, será comprovada mediante a inserção no sistema da declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.”

7.6.7. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

**Nota Explicativa:** O subitem acima deverá ser incluído quando a licitação contiver a previsão de subcontratação específica de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme art. 7º do Decreto n. 8.538, de 2015. Insta observar que não se admite a sub-rogação completa ou da parcela principal da contratação (art. 7º, inciso I).

### 7.3. Qualificação Econômico-Financeira:

**Nota Explicativa:** Reitere-se o quanto já dito, de que a exigência pode restringir-se a alguns itens, como, por exemplo, somente aos itens não exclusivos a microempresa e empresas de pequeno porte, ou mesmo não ser exigida para nenhum deles, caso em que deve ser suprimida do edital.

7.6.8. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.6.8.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**Nota explicativa:** De acordo com o Parecer nº 2/2016/CPLCA/CGU/AGU aprovado pelo Consultor-Geral da União, a certidão negativa de recuperação judicial e extrajudicial deve ser exigida nos contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

Sem embargo disso, vale destacar a existência de posicionamento jurídico em sentido diverso, constante do Parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal, que apresenta, dentre outras, as seguintes conclusões:

[...]

IV. A certidão negativa de recuperação judicial é exigível por força do art. 31, II, da Lei 8.666, de 1993, porém a certidão positiva não implica a imediata inabilitação, cabendo ao pregoeiro ou à comissão de licitação realizar diligências para avaliar a real situação de capacidade econômico-financeira;

V. Caso a certidão seja positiva de recuperação, caberá ao órgão processante da licitação diligenciar no sentido de aferir se a empresa em recuperação já teve seu plano de recuperação acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 2005;

VI. Se a empresa postulante à recuperação não obteve o acolhimento judicial do seu plano, não há demonstração da sua viabilidade econômica, não devendo ser habilitada no certame licitatório;

VII. A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos para a habilitação econômico-financeira.

VIII. É aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, a possibilidade de participar em licitações públicas, nos moldes da empresa em recuperação judicial.

Nessa mesma linha, decidiu o Tribunal de Contas da União, no Acórdão n.º 5686/2017 - Primeira Câmara, que "a vedação da participação de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, em certames licitatórios, está em desacordo com o entendimento do TCU (Acórdão n. 658/2017 - Plenário) e da AGU (Parecer n. 4/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU)".

Igualmente, o Superior Tribunal de Justiça, aderindo ao entendimento do Parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, proferiu recente decisão no sentido de que a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada, a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar de licitações públicas, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua capacidade econômica, nos seguintes termos:

**ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTICIPAÇÃO. POSSIBILIDADE. CERTIDÃO DE FALÊNCIA OU CONCORDATA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. DESCABIMENTO. APTIDÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO. OUTROS MEIOS. NECESSIDADE.**

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Conquanto a Lei n. 11.101/2005 tenha substituído a figura da concordata pelos institutos da recuperação judicial e extrajudicial, o art. 31 da Lei n. 8.666/1993 não teve o texto alterado para se amoldar à nova sistemática, tampouco foi derogado.

3. À luz do princípio da legalidade, "é vedado à Administração levar a termo interpretação extensiva ou restritiva de direitos, quando a lei assim não o dispuser de forma expressa" (AgRg no RMS 44099/ES, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016).

4. Inexistindo autorização legislativa, incabível a automática inabilitação de empresas submetidas à Lei n. 11.101/2005 unicamente pela não apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, principalmente considerando o disposto no art. 52, I, daquele normativo, que prevê a possibilidade de contratação com o poder público, o que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em licitação.

5. O escopo primordial da Lei n. 11.101/2005, nos termos do art. 47, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

6. A interpretação sistemática dos dispositivos das Leis n 8.666/1993 e n. 11.101/2005 leva à conclusão de que é possível uma ponderação equilibrada dos princípios nelas contidos, pois a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e dos interesses dos credores.

7. A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

8. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial. (STJ, Primeira Turma, AREsp 309867 / ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 08/08/2018. Julgado em 26/06/2018).

7.6.9. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.6.9.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.6.9.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

**Nota Explicativa:** A previsão do subitem acima decorre da disposição do Acórdão TCU nº 484-12-2007 – Plenário. Sobre a diferenciação entre Balanço Intermediário e Balanço Provisório, referido acórdão esclarece que: "Por outro lado, não se confunde balanço provisório com balanço intermediário. Aquele consiste em uma avaliação precária, cujo conteúdo não é definitivo. O balanço provisório admite retificação ampla posterior e corresponde a um documento sem maiores efeitos jurídicos. Já o balanço intermediário consiste em documento definitivo, cujo conteúdo retrata a situação empresarial no curso do exercício. A figura do balanço intermediário deverá estar prevista no estatuto ou decorrer de lei."

7.6.9.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

- 7.6.10. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 7.6.11. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a **05% (cinco por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

**Nota explicativa:** A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10% (dez por cento) (art. 31, § 3º da Lei nº 8.666/93), a qual deve balizar-se em critérios técnicos. A sondagem do mercado se afigura importante, a fim de obter dados sobre o porte das empresas que atuam na área objeto da contratação. Ressalte-se que, se o referido percentual for fixado em seu mais alto patamar e o valor total estimado da contratação também for significativo, trará como consequência a necessidade de comprovação de patrimônio líquido elevado, o que poderá resultar na restrição à participação de interessados no certame, em especial, de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ferir o princípio constitucional de incentivo a essas unidades empresariais. Por essa razão, é indispensável avaliação técnica sobre o assunto.

**Caso feita a exigência de capital ou patrimônio líquido mínimo, fica vedada a exigência simultânea de garantia da proposta** (art. 31, III, da Lei nº 8.666/93), conforme interpretação do § 2º do mesmo dispositivo.

### 7.3. Qualificação Técnica:

**Nota Explicativa:** A documentação relativa à qualificação técnica do licitante deverá constar em dispositivo editalício específico, quando a situação demandada a exigir. Reitera-se o quanto já dito em relação às exigências restringirem-se a alguns itens específicos do edital, e devem ser justificadas no processo licitatório. Nos termos do art. 30, II, da Lei nº 8.666/93, é obrigatório o estabelecimento de parâmetros mínimos objetivos (quantitativo, prazo, etc.) assim como é importante salientar a impossibilidade de se fixar parâmetro mínimo acima de 50%, pois somente em casos excepcionais pode ser exigido quantitativo superior a 50% do item licitado. (Acórdão 361/2017- TCU Plenário):

7.3.1. As empresas cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem, no envelope nº 1:

7.3.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

**Nota Explicativa:** O Projeto Básico deverá definir os profissionais que serão necessários à execução do objeto licitado para, então, permitir ao edital delimitar a necessidade de inscrição da licitante no CREA, no CAU ou em ambos, no caso de equipe multidisciplinar.

7.3.3. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação no percentual de **50% (cinquenta por cento)**

7.3.4. São considerados itens de maior relevância,

4		ALVENARIA						
4.1	Demolição de alambrado em tela de aço galvanizado, fio 12, fixados em mourões de concreto armado e muretas em blocos de concreto, espessura 15 cm. Nas laterais e fundos do imóvel	CDHU - 04.09.100	Retirada de guarda-corpo ou gradil em geral	M <sup>2</sup>	R\$326,88	R\$30,21	R\$9.875,04	R\$12.093,97
4.2	Fornecimento de materiais e mão de obra, para construção de muro de divisas, em blocos de concreto, dimensões 14x19x39 cm, assentados com argamassa mista, colunas de sustentação em concreto armado, a cada 2,00 metros. Altura do muro = 2,20 metros na laterais e fundos do imóvel	CDHU- 14.11.231	Alvenaria de bloco de concreto estrutural 19 x 19 x 39 cm - classe B	M <sup>2</sup>	R\$326,88	R\$103,75	R\$33.913,80	R\$41.534,23
4.3	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de estacas de concreto armado, Fck-20 MPa, diâmetro de 0,25 metros, profundidade de 2,00 metros, utilizando armadura de aço CA 50 - 10 mm	CDHU - 12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	ML	33,06	R\$73,73	R\$2.437,51	R\$2.985,22



PREFEITURA DA CIDADE DE

**SÃO SIMÃO**

4.4	Fornecimento de equipamentos e mão de obra, para abertura de valas, para posterior execução de vigas baldrame. Dimensões de 0,30x0,20x48,21 m	SINAPI - 96527	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_06/2017	ML	33,06	R\$147,37	R\$4.872,05	R\$5.966,80
4.5	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de vigas baldrame, dimensões 0,30x0,20x 48,21 m, confeccionadas com concreto Fck-30 Mpa e armadura em aço CA50 10 mm	CDHU - 09.01.030	Forma em madeira comum para estrutura	M²	13,22	R\$235,48	R\$3.113,05	R\$3.812,55
		SINAPI - 96546	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	110,00	16,16	R\$1.777,60	R\$2.177,03
		SINAPI - 96557	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAMES, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA – LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M³	1,32	R\$612,11	R\$807,99	R\$989,54
4.6	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de impermeabilização da viga baldrame, com impermeabilizantes rígidos, executando duas demãos, cruzadas. Somente na face superior da viga baldrame	CDHU - 54.03.240	Imprimação betuminosa impermeabilizante	M²	13,22	R\$16,30	R\$215,49	R\$263,91
4.7	Formas para execução de pilares - Dimensões 0,20 x 0,20 x 54 m	CDHU - 09.01.030	Forma em madeira comum para estrutura	M²	21,60	R\$235,48	R\$5.086,37	R\$6.229,27
4.8	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução pilares de concreto Fck - 25 MPA. Dimensões 0,20 x 0,20 x 3,00 m - 02 und.	103669	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BALDES - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022	M³	4,32	898,75	R\$3.882,60	R\$4.755,02

4.9	Aço CA 50 A - 3/8" - 4 ferros corridos. Aço CA 50 A - 1/4" - estribos a cada 20 cm. Arame recozido N. 18, viga de respaldo	SINAPI - 96546	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	97,86	R\$17,27	R\$1.690,04	R\$2.069,79
4.10	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de alvenaria de tijolos furados, assentados com argamassa mista.	CDHU - 14.05.050	Alvenaria de bloco cerâmico estrutural, uso revestido, de 14 cm	M <sup>2</sup>	99,18	R\$72,37	R\$7.177,66	R\$8.790,48
4.11	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de chapisco interno e externo.	CDHU - 17.02.020	Chapisco	M <sup>2</sup>	198,36	R\$6,67	R\$1.323,06	R\$1.620,35
4.12	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de reboco paulista, nas paredes internas e externas	CDHU - 17.02.220	Reboco	M <sup>2</sup>	198,36	R\$12,49	R\$2.477,52	R\$3.034,21
4.13	Demolição de alvenaria de blocos de concreto, espessura 15 cm, de forma manual, utilizando ferramentas	SINAPI - 97621	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEIAMENTO. AF_12/2017	M <sup>3</sup>	9,99	R\$124,02	R\$1.238,96	R\$1.517,35
4.14	Fornecimento de portinhola em chapa metálica, com porta cadeado, dimensões 0,50x1,00 m, no açalção existente no antigo refeitório	CDHU- 23.20.160	Folha de porta veneziana maciça, sob medida	M <sup>2</sup>	0,50	R\$1.204,97	R\$602,49	R\$737,86

OBS A PRESENTE TABELA SE ENCONTRA DISPONIVEL JUNTO AO TERMO DE REFERÊNCIA BEM COMO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS

**7.3.4.1. Nota Explicativa:** As atividades especificadas deverão ser pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, II, Lei n. 8.666/93). Deve a Administração limitar a exigência de comprovação de capacidade técnico operacional às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Para tanto, seria importante primeiramente analisar os custos do serviço e identificar os serviços de maior relevo, em relação aos quais a comprovação da capacidade

operacional é fundamental. É essencial que a equipe técnica participe da elaboração da minuta de edital e que haja compatibilidade com o Projeto Básico.

*Súmula TCU nº 263: “Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado”*

*No que se refere à fixação de quantidades mínimas relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, o TCU manifesta-se pela necessidade de razoabilidade na exigência, em patamar que não restrinja a competição: “Embora seja possível a fixação de quantidades mínimas, relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, essa exigência deve ser razoável, num patamar que possa garantir que a empresa contratada tenha condições técnicas para executar o objeto licitado, mas que não restrinja a competitividade. A comparação efetuada pela unidade técnica demonstra claramente que as quantidades mínimas previstas na concorrência ora examinada são excessivas, limitando desnecessariamente o universo de possíveis interessados em participar do certame licitatório.” (Voto no Acórdão 1771/2007 – Plenário).*

**Nota Explicativa:** A Administração poderá adotar diligências tendentes a confirmar a autenticidade e correção dos atestados apresentados para comprovação da qualificação técnico-operacional, dentre estas a solicitação de CAT (Certidão de Acervo Técnico) com registro de atestado (atividade concluída ou em andamento), referente aos profissionais que integrarão sua equipe técnica, na qual conste a licitante como empresa vinculada à execução do contrato.

7.3.5. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

7.3.5.1. Nome do Contratante, RG, CPF, endereço do declarante e endereço da prestação do serviço.

7.3.5.2. ART do serviço prestado

**Nota Explicativa:** O atestado de capacidade técnica, enquanto documento elaborado pelo contratante da empresa participante do certame, deverá contar com a descrição das características técnicas das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato. Importante, da mesma forma, que seja firmado por representante legal do contratante, indique sua data de emissão, mencione o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT), dentre outros elementos julgados relevantes pela área técnica que dará suporte aos agentes públicos responsáveis pela aferição da qualificação técnica de cada licitante. Tais elementos deverão constar expressamente do instrumento convocatório, em subitem específico a ser elaborado com auxílio da área técnica.

7.3.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

**Nota Explicativa:** De acordo com o TCU, a soma de quantitativos de atestados em documentos diversos a fim de se alcançar o mínimo da regra editalícia só é admissível quando tecnicamente viável, no modo como disciplinado pelo edital que, justificadamente, pode substituir a simples adição aritmética por outro critério. Consequentemente, sem que haja devida justificativa técnica, é inviável a fixação de quantidade mínima ou máxima de atestados, de serviços por atestados ou que vedem o somatório de atestados, bem como as limitações de tempo, época, locais específicos ou quaisquer outras não previstas em lei, que inibam a participação da licitação. (Acórdãos 1.090/2001, 1.636/2007, 170/2007, 2.640/2007, 1.163/2008, 2.150/2008, 2.783/2009, 3.119/2010 e 3.170/2011, 1079/2013-Plenário (itens 9.5.1 a 9.5.3) (todos do Plenário).

7.3.7. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

**Nota Explicativa:** O Atestado de Responsabilidade Técnica e o Registro de Responsabilidade Técnica exigidos limitar-se-ão às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos (artigo 30, §1º, inc. I, Lei 8.666, 1993). Assim, conforme o objeto licitatório, a exigência deve referir-se à área ou áreas de engenharia/arquitetura de maior relevo. Por exemplo, em alguns casos, poderia bastar o ART/RRT em relação ao engenheiro civil/arquiteto, em outras pode ser necessário em relação a este e o engenheiro mecânico, ou elétrico, geólogo, urbanista. É essencial que a equipe técnica participe da elaboração da minuta de edital e que haja compatibilidade com o Projeto Básico.

Entretanto, vale salientar que o Tribunal de Contas da União admite excepcionalmente a exigência de quantitativos para qualificação técnico-profissional, se houver justificativa nesse sentido, conforme Acórdãos TCU 1.214/2013 e 2.434/2013 - Plenário, cuja leitura se recomenda.

7.3.8. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

**Nota Explicativa:** Jurisprudência do TCU sobre a indevida exigência de vínculo empregatício e relativa ao quadro permanente (art. 30, § 1º, I, da Lei nº 8.666, de 1993):

“determinação ao [...] para que se abstenha de exigir comprovação de vínculo empregatício do responsável técnico de nível superior com a empresa licitante, uma vez que extrapola as exigências de qualificação técnico-profissional, definidas no art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, e passe a admitir a comprovação da vinculação dos profissionais ao quadro permanente por intermédio de apresentação de contrato de prestação de serviço, de forma consentânea ao posicionamento jurisprudencial da Corte de Contas nos Acórdãos 361/2006-Plenário, 170/2007-Plenário e 1.547/2008-Plenário”. Acórdão nº 667/2009 Primeira Câmara.

Por outro lado, além da tradicional extensão da interpretação do “quadro permanente”, também se deve admitir que o vínculo seja comprovado mediante tal declaração de disponibilidade futura, conforme Acórdão n. 2607/2011-Plenário:

“9.1.2. ausência de previsão, no edital da Concorrência (...), da possibilidade de comprovação da capacidade técnica do responsável pela obra por meio de contrato regido pelo Direito Civil ou declaração de que o profissional integraria o quadro da licitante como responsável técnico, se a empresa viesse a ser contratada, em desconformidade com os Acórdãos/TCU 2297/2005 e 291/2007, ambos do Plenário:”.

7.3.9. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

7.3.10. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões

de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

7.3.11. *Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.*

**Nota explicativa:** Devem ser elencados os itens específicos reputados necessários para a execução da obra ou serviço, como determinadas máquinas, equipamentos, profissionais com determinada qualificação técnica, etc.

*Nos termos do art. 30, § 6º, da Lei nº 8.666/93, são vedadas as exigências de propriedade ou localização prévia – daí o cabimento de demandar apenas o compromisso de disponibilização futura.*

7.3.12. *Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável:*

*7.3.12.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.*

**Nota explicativa:** De acordo com o art. 30, III, da Lei 8.666, de 1993, o licitante deve apresentar na habilitação “comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação”. Lembramos que tal documento só deve ser exigido para a habilitação do licitante caso a vistoria seja definida pelo órgão, no Projeto Básico, como obrigatória, assim como deverá ser apresentada justificativa, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

*Ressalte-se que a exigência de vistoria obrigatória representa um ônus desnecessário para os licitantes, configurando restrição à competitividade do certame. Para evitar tal quadro, o TCU recomenda que se exija não a visita, mas sim a declaração do licitante de que está ciente das condições de execução dos serviços, nos termos do art. 30, III, da Lei nº 8.666/93 (por exemplo, Acórdãos nº 2.150/2008, nº 1.599/2010, nº 2.266/2011, nº 2.776/2011 e nº 110/2012, todos do Plenário).*

*Esse quadro tornou-se mais crítico com o Acórdão 170/2018 – Plenário (Informativo 339), que chega a considerar a vistoria como um Direito do Licitante, e não uma obrigação imposta pela Administração.*

*Por isso, a Comissão Permanente de Modelos de Editais da Consultoria-Geral da União faz a sugestão de disposição no edital que permite ao licitante emitir declaração, mesmo quando o órgão exija a vistoria. Isso evita que exigências de vistoria sem o embasamento técnico adequado sejam motivo de frustração do certame.*

*Caso o órgão efetivamente pretenda exigir a vistoria, sem permitir essa alternativa aos licitantes, recomenda-se então que substitua esse trecho final da disposição, por um resumo da justificativa técnica de tal exigência (uma vez que, na presente licitação, ...), fazendo referência ao documento do processo que a contém.*

*Reiteramos que a exigência de vistoria traz um risco considerável para a licitação, mesmo que sejam adotadas as providências acima (existência de justificativa técnica, cuja motivação seja mencionada de forma resumida no edital). Nesse caso, não se deve indicar uma data e horário específico, mas sim conceder um prazo razoável para todos os interessados.*

*De qualquer forma, reitera-se que a exigência de vistoria deve ser excepcional, porque restringe a participação no certame, razão pela qual a divulgação de 'fotografias, plantas, desenhos técnicos e congêneres' torna-se ainda mais importante, para a correta dimensão do custo da execução e, conseqüentemente, para a maior isonomia entre os licitantes.*

- 7.4. *Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar no envelope n. 1, conforme item 10.5 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017:*
- 7.4.1. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;*
  - 7.4.2. *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*
  - 7.4.3. *A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;*
  - 7.4.4. *O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;*
  - 7.4.5. *A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e*
  - 7.4.6. *Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;*
  - 7.4.7. *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.*

**Nota Explicativa:** *A documentação complementar mencionada acima somente deverá integrar o edital quando permitida a participação de cooperativas.*

- 7.5. Todos os licitantes, cadastrados ou não no SICAF, deverão apresentar, ainda, no envelope nº 1:
- 7.5.1. Declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999, conforme modelo ANEXO XIII;
- 7.6. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 7.7. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.7.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 7.7.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante estará habilitado para a fase de classificação.

## 8.1. DA PROPOSTA

- 8.2. A proposta de preço, apresentada no envelope nº 2, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:
- 8.2.1. a razão social e CNPJ da empresa licitante;
- 8.2.2. descrição do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;
- 8.2.3. preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;
- 8.2.4. a Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme ANEXO III.
- 8.2.4.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
- 8.2.4.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
- 8.2.4.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
- 8.2.4.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.
- 8.2.5. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;
- 8.2.5.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.
- 8.2.6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

- 8.2.6.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.
- 8.2.6.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
- 8.2.6.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).
- 8.2.6.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2005, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

*Nota explicativa: A exigência decorre da recomendação expressa aos órgãos e entidades da Administração Pública, efetuada no item 9.3.2.4 do AC n. 2622/2013 – Plenário do TCU.*

- 8.2.6.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

*Nota explicativa: A exigência decorre da recomendação expressa aos órgãos e entidades da Administração Pública, efetuada no item 9.3.2.5 do AC n. 2622/2013 – Plenário do TCU.*

- 8.2.7. a composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual, conforme **ANEXO IV**.

- 8.2.7.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;
- 8.2.7.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.
- 8.2.7.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalíssima, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro



Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

- 8.2.7.4. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

**Nota explicativa:** A exigência decorre da recomendação expressa aos órgãos e entidades da Administração Pública, efetuada no item 9.3.2.5 do AC n. 2622/2013 – Plenário do TCU e conforme estudo realizado por grupo de trabalho específico, nos termos da nota explicativa anterior.

- 8.2.7.5. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;

**Nota explicativa:** O subitem acima só se aplica quando o fornecimento de materiais e equipamentos representar percentual expressivo do custo total do serviço. Em tal situação, a recomendação do TCU é clara no sentido de que se proceda ao parcelamento da contratação, com licitações distintas para a execução do serviço e para o fornecimento dos bens.

Assim, quando o parcelamento não for técnico ou economicamente viável (mediante justificativa documentada no processo), o órgão deve exigir que o licitante apresente um percentual de BDI específico para os custos indiretos incidentes sobre o fornecimento de materiais e equipamentos.

A mera aquisição de tais bens por parte da empresa (para empregá-los no serviço) decerto não envolve os mesmos custos que a execução dos serviços de engenharia em si. Nesse caso, a utilização de um único percentual de BDI, embora facilite o julgamento, representaria uma quebra ao princípio de que a proposta deve refletir de forma fidedigna os custos efetivamente suportados pelo licitante, além de trazer evidente desvantagem para a Administração.

Veja-se a Súmula nº 253/2010 do TCU:

“Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens”.

Portanto, quando verificar tal situação, o órgão deve adaptar o modelo de composição de BDI, de forma a prever duas composições distintas: uma incidente sobre as parcelas relativas a materiais e equipamentos, outra incidente sobre as demais parcelas do serviço.

No Decreto nº 7.983, de 2013:

Art. 9º O preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:

I - taxa de rateio da administração central;

II - percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado;

III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e

*IV - taxa de lucro.*

*§ 1º Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.*

*§ 2º No caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricação e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição, com exceção à regra prevista no § 1º.*

8.2.7.6. será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma.

**Nota explicativa:** A Administração deverá atentar para a necessidade de definição de critério objetivo para a medição e o pagamento do item "administração local", estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira do contrato, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual em cumprimento ao subitem 9.3.2.2. do AC n. 2.622/2013, do TCU.

8.2.8. Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

8.3. Quando se tratar de cooperativa de serviço, a licitante incluirá na proposta o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).

**Nota explicativa:** O subitem acima deve constar no Edital somente quando legítima a admissão de sociedades cooperativas na licitação.

8.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.5. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.1. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93

8.6. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

*Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo*  
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP  
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25

- 8.6.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 8.6.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente da planilha e haverá glosa, quando do pagamento.

**Nota Explicativa:** a disposição da segunda alínea acima se dá para atender as orientações dos Acórdãos TCU nº 3.037/2009-Plenário, nº 1.696/2010 - 2ª Câmara, nº 1.442/2010-2ª Câmara, nº 387/2010-2ª Câmara e nº 2622/2013-Plenário.

- 8.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 8.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.
- 8.9.1. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 8.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário).
- 8.12.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, será colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**Nota explicativa:** O Anexo VII-A da IN 05/2017 - SEGES/MP, intitulado "DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO", estabelece no seu item 7.2, que "para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto; deverá estar previsto no ato convocatório, quando necessária, a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto". A especificidade técnica do serviço a ser contratado parece ensejar a necessidade prevista na norma, daí a

sugestão da disposição editalícia acima, que pode ser suprimida pelo órgão ou entidade, se a reputar desnecessária.

## 9. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

9.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

9.1.2. As declarações complementares deverão ser entregues separadamente dos envelopes acima mencionados e consistem nos seguintes documentos:

9.1.2.1. Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/09, conforme modelo anexo a este edital.

9.1.2.1.1. A ausência do documento mencionado no subitem anterior implicará a desclassificação da proposta.

9.1.2.2. Declaração, sob as penas da lei, de que até a data marcada para a entrega dos envelopes, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9.1.2.3. Declaração de enquadramento da licitante como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Cooperativa equiparada – COOP, nos termos do art. 34 da Lei n. 11.488, de 2007 apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

9.1.2.3.1. A apresentação declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

9.1.2.3.2. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

9.2. Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006, a Comissão de Licitação poderá realizar consultas e diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da referida Lei, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, §2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

9.2.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos,

acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006;

- 9.2.2. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado.

**Nota explicativa:** Dado o alto número de fraudes na participação de ME/EPP nas licitações públicas, e considerando a fragilidade da principal forma de comprovação de tal enquadramento (declaração unilateral da própria empresa), o TCU vem adotando meio alternativo para verificar a condição da ME/EPP: a consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, que indica os valores recebidos por cada empresa em decorrência de contratos firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal que executam suas despesas pelo SIAFI. Assim, convém que a Comissão de Licitação realize consultas e diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$3.600.000,00 previsto no artigo 3º, inciso II, da referida Lei, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, §2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006;

9.3. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

9.4. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

9.4.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes, e consultado o SICAF, se for o caso.

9.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.5.1. SICAF; (CASO A EMPRESA POSSUA O CADASTRO)

9.5.2. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**Nota explicativa:** A consulta aos cadastros - CEIS e CNJ, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação. É importante que sejam consultados os três cadastros porque, na prática, pode haver sanção de proibição de licitar ou contratar registrada em apenas um deles, em razão dos diferentes métodos de alimentação de dados de cada sistema. Vale apontar que o próprio TCU também mantém o CADICON - Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos. Todavia, ao menos por enquanto, tal cadastro lista apenas gestores cujas contas foram julgadas irregulares pela Corte - ou seja, não implica necessariamente a sanção de proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.7. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.7.1. Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.

9.7.2. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes n° 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

9.8. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope n° 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

9.9. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes n° 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

9.8.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes n° 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

9.8.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.9. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.

9.10. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

9.11. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

9.12. Será considerado inabilitado o licitante que:

9.12.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007.

9.12.2. Incluir a proposta de preços no Envelope n° 01.

9.13. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá

ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.15. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

## 10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

1.1. O critério de julgamento será ***o menor preço global***. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.

1.3. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

1.4. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

1.5. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

1.6. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, proceder-se-á à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.6.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.6.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, caso esteja presente na sessão ou no prazo de 2 (dois) dias, contados da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.

10.6.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

10.7. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao

sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

10.8. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

10.9. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

10.9.1. produzidos no País;

10.9.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

10.9.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

10.9.4. produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

10.10. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.

10.11. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

10.12. Será desclassificada a proposta que:

10.12.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

10.12.2. contiver vício insanável ou ilegalidade;

10.12.3. não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;

10.12.4. Apresentar, na composição de seus preços:

10.12.4.1. taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

10.12.4.2. custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

10.12.4.3. quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

10.13. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

10.14. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

- 10.15. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

*Nota Explicativa: Súmula 259 do TCU: “Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor.”*

*Decreto n. 7983, de 2013:*

*Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:*

*I - custo unitário de referência - valor unitário para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado;*

*(...)*

*Art. 13 Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral, deverão ser observadas as seguintes disposições para formação e aceitabilidade dos preços: I - na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos neste Decreto, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, observado o art. 9º, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública obtidos na forma do Capítulo II, assegurado aos órgãos de controle o acesso irrestrito a essas informações; (...)*

- 10.16. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 10.16.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 10.16.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes
  - 10.16.3. O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 10.16.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no subitem 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
  - 10.16.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

**Nota Explicativa:** Súmula 262 do TCU: "O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

10.16.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.16.7. Será facultado ao licitante o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

**Nota explicativa:** Conforme entendimento do TCU, a desclassificação não deve ser automática em tal situação, nos termos da Súmula nº 262: "o critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta".

10.17. Erros formais no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

10.18. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

10.19. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.20. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.21. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

10.22. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

10.23. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

10.24. O resultado do certame será divulgado no DOE-SP Diário Oficial do Estado de São Paulo

## 11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

11.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

11.3. O recurso da decisão que habilitar ou inhabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados para o Departamento de Licitações e Contratos da cidade de São Simão instalada no endereço Rua Rodolfo Miranda n. 167 Centro São Simão – SP CEP 14.200.000.

11.5. O recurso será dirigido à ao Chefe da Comissão de Licitação e Contrato Sr. Júlio Pacheco, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

## **12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **13. DO TERMO DE CONTRATO**

*Nota explicativa: De acordo com o artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, o termo de contrato é obrigatório nas licitações realizadas na modalidade tomada de preços.*

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

*Nota Explicativa: É importante que a Administração certifique-se de que o Termo de Contrato, devolvido assinado pela Contratada, não sofreu qualquer alteração.*

13.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (DOZE) MESES** contados da expedição da Autorização de Fornecimento, prorrogável na forma dos arts. 57, §1º e 79, §5º, da Lei nº 8.666/93.

**Nota explicativa:** *Orientação Normativa/AGU n. 39: “A vigência dos contratos regidos pelo art. 57, caput, da Lei 8.666, de 1993, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar”.*

13.3.1. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.3.1.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

13.3.1.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.4. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**Nota explicativa:** *Nesse momento, deve haver a checagem da manutenção de todas as condições de habilitação, não se limitando apenas à consulta ao SICAF.*

## **14. DO REAJUSTE**

14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual será o INPC ou outro que vier a substituir o mesmo.

## **15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico – ANEXO I.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas neste Edital e seus anexos,

na proposta apresentada e no Projeto Básico – ANEXOS I.

## 17. DO PAGAMENTO

17.1 Os pagamentos à Contratada serão efetuados conforme o disposto no cronograma físico de desembolso e aguardando o prazo solicitado junto ao órgão que originará o repasse.

17.2 À partir da data de autorização da entrega junto ao Departamento competente, a nota fiscal o Atestado deverá ser entregue assinado pelo gestor do Contrato, instruída com as Certidões de regularidade Fiscal da Contratada, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da empresa;

17.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

17.4 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

17.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

17.5 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

## 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, o licitante/adjudicatário que:

- 18.1.1. não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 18.1.2. apresentar documentação falsa;
- 18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.5. não mantiver a proposta;
- 18.1.6. cometer fraude fiscal;
- 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo.

*Nota explicativa: O TCU considerou que a ocorrência de “empresas com sócios em comum que apresentam propostas para o mesmo item de determinada licitação” e a “existência de licitantes*

*reiteradamente desclassificados por não atenderem aos editais ou não honrarem suas propostas” sugerem o possível enquadramento nas condutas tipificadas o art. 7º da Lei n. 10.520/2005 e que é necessária a instauração de processo administrativo “...com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002... [que] tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença”, concluindo que os responsáveis pelos procedimentos licitatórios poderão ser responsabilizados em caso de omissão (Acórdão nº 754/2015-Plenário).*

**Nota Explicativa:** O art. 64 da Lei n. 8.666, de 1993, dispõe: “A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.” Por outro lado, “A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas” (art. 81). Portanto, **a recusa da empresa deverá ser sancionada, salvo justificativa juridicamente plausível, conforme prevê o TCU no Acórdão nº 1793/2011-Plenário, quando afirma: “...a não autuação sem justificativa dos referidos processos poderá ensejar a aplicação de sanções aos servidores omissos, conforme previsão do art. 82 da Lei 8.666/1993”.** No mesmo sentido, o TCU aplicou multa ao pregoeiro, nos seguintes termos: “Além disso, o pregoeiro ignorou também previsão editalícia de aplicação de penalidade àquele que não mantiver a proposta. Nesses termos, o Plenário, acolhendo a proposta do relator, rejeitou, no ponto, as alegações de defesa do pregoeiro, para julgar irregulares suas contas, aplicando-lhe a multa capitulada no inciso I do art. 58 da Lei 8.443/92” Acórdão nº 3261/2014-Plenário (26.11.2014).

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.3.2. Multa de 05 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho

fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Projeto Básico.

## 19. DA IMPUGNAÇÃO

19.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

19.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

19.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

19.4. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@saosimao.sp.gov.br](mailto:licitacao@saosimao.sp.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP.

**Nota Explicativa:** É importante preencher corretamente esses campos, especialmente o referente à petição, de forma a garantir que a impugnação chegue ao seu conhecimento de forma imediata. Sempre que indicar protocolos centrais, deve deixar o Setor de sobreaviso para o encaminhamento urgente da impugnação.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e

devidamente fundamentado.

- 20.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 20.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 20.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.
- 20.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.8. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 20.9. Os licitantes, quando solicitados, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.
- 20.10. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.11. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 20.15. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

20.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço Rua Rodolfo Miranda 167 Centro São Simão SP CEP 14.200.000, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço eletrônico [www.saosimao.sp.gov.br](http://www.saosimao.sp.gov.br), nos dias úteis, no horário das 10:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados e onde serão recebidos os documentos de habilitação dos licitantes não credenciados no SICAF, para efeito de cadastramento por esta Administração (art. 22, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993).

20.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de São Simão - Justiça Estadual, com exclusão de qualquer outro.

20.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.18.1. ANEXO I – Termo de Referência;

**Nota Explicativa:** *Devem ser relacionados enquanto anexos/apêndices ao Projeto Básico todos os documentos técnicos elaborados por profissionais devidamente habilitados e que devem integrá-lo, como planilhas estimativas do orçamento, de composição do BDI, cronograma físico-financeiro, plantas, desenhos, dentre outros;*

20.18.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

20.18.3. ANEXO III – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços;

20.18.4. ANEXO IV – Modelo de Composição do BDI;

20.18.5. ANEXO V – Modelo de Cronograma físico-financeiro;

**Nota Explicativa:** *De acordo com o art. 12 do Decreto nº 7.983, de 2013, aplicável também aos serviços de engenharia, a minuta de contrato deverá conter Cronograma Físico-Financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle do objeto.*

20.18.6. ANEXO VI – Memorial descritivo;

20.18.7. ANEXO VII – Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;

20.18.8. ANEXO VIII – Modelo de Atestado de Vistoria;

20.18.9. ANEXO IX – Modelo de Proposta;

20.18.10. ANEXO X – Modelos de declaração de elaboração independente de proposta;

20.18.11. ANEXO XI - Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

20.18.12. ANEXO XII - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;

20.18.12.1. ANEXO XIII – Declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999

São Simão, 10 de novembro de 2022.

**MARCOS DANIEL BONAGAMBA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

*Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo*  
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP  
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**DEPARTAMENTO SOLICITANTE: OBRAS E SERVIÇOS.**

**DATA : 25/08/2022**

#### **1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa para execução de reforma e adequação para o Centro de Atendimento PSICOSOCIAL (antigo prédio da Creche Samira Geraigire) localizado na Rua Mário Meirelles dos Santos, nº 211 – Jardim Brasil – São Simão/SP.

#### **2. JUSTIFICATIVA:**

2.1. A contratação de empresa para realização da reforma do referido prédio, se faz necessário, para o atendimento e adequação, de acordo com as exigências determinadas pelo Departamento de Saúde para o funcionamento do Centro de Atendimento PSICOSOCIAL.

#### **3 – VALOR DA PROPOSTA:**

3.1. O valor total estimado para a contratação dos serviços especificados neste Termo de Referência é de **R\$ 393.282,87 (trezentos e noventa e três mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e centavos)**.

3.2. No preço contratado já se encontram computados todos os encargos previdenciários, tributários e securitários, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto da contratação, isentando o CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

#### **4 - CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

4.1 - O objeto deste Termo de Referência tem natureza comum.

#### **5 – LOCAL E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

5.1 - Os serviços constantes do objeto desta licitação serão solicitados e direcionados pelo Departamento de Obras e Serviços;

5.2 - O local da execução dos serviços será no prédio público localizado na Rua Mário Meirelles dos Santos, nº 211 – Jardim Brasil, nesta cidade.

5.3 - Os serviços deverão obedecer às indicações constantes da “AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO” emitida pelo Setor de Compras que será entregue previamente ao contratado;

5.4 - A nota fiscal deverá conter o número da “AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO” e o número da “Nota de Empenho”.

#### **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços conforme com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 6.1.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços, para que sejam substituídas, reparados ou corrigidos;
- 6.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 6.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos, e as despesas decorrentes e:
- 7.1.1. Entregar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes da Autorização de Fornecimento - AF, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 7.1.2. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 7.1.4. Dar início aos trabalhos assim que receber a ordem de serviços expedido pelo Departamento de Obras e Serviços.

## **9. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 8.1. A contratação do objeto discriminado neste Termo de Referência deve ser de 12 (dose) meses;
- 8.2. Fica proibida a subcontratação do objeto.

## **9 - CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO (GERENCIAMENTO DO CONTRATO)**

- 9.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado o Sra. Vivian Sacchi Bordignon– Chefe de Setor “1” para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos

funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10 - PREVISÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS**

10.1. Este Termo de Referência será submetido a parecer do Setor de Contabilidade para reserva de dotação orçamentária e do Departamento Financeiro para verificação acerca da disponibilidade financeira.

## **11 - DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo 30 (trinta) dias, contados da data da protocolização junto ao Departamento de Contabilidade, da nota fiscal/fatura com o atestado de entrega assinado pelo gestor do contrato, instruída com as Certidões de regularidade Fiscal da Contratada, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da empresa;

11.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

11.3. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

11.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

## **12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.1. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.2. fraudar a execução do contrato;

12.1.3. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.4. cometer fraude fiscal;

12.2. não mantiver a proposta.

12.2.1. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

12.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o Município com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

12.2.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.2.9. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.2.10. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.11. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.2.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.2.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.2.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

---

**Júlio Pacheco**  
**Diretor do Departamento de Obras e Serviços**

**PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA**

**OBJETO: Contratação de empresa para execução de reforma e adequação para o centro de atendimento psicossocial (localizado na Rua Mário Meirelles dos Santos n. 121 Jardim Brasil – São Simão SP, conforme Planilha Orçamentária, Cronograma e Memorial Descritivo anexo a este Termo de Referência.**

4		ALVENARIA						
4.1	Demolição de alambrado em tela de aço galvanizado, fio 12, fixados em mourões de concreto armado e muretas em blocos de concreto, espessura 15 cm. Nas laterais e fundos do imóvel	CDHU - 04.09.100	Retirada de guarda-corpo ou gradil em geral	M²	R\$326,88	R\$30,21	R\$9.875,04	R\$12.093,97
4.2	Fornecimento de materiais e mão de obra, para construção de muro de divisas, em blocos de concreto, dimensões 14x19x39 cm, assentados com argamassa mista, colunas de sustentação em concreto armado, a cada 2,00 metros. Altura do muro = 2,20 metros na laterais e fundos do imóvel	CDHU- 14.11.231	Alvenaria de bloco de concreto estrutural 19 x 19 x 39 cm - classe B	M²	R\$326,88	R\$103,75	R\$33.913,80	R\$41.534,23
4.3	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de estacas de concreto armado, Fck-20 MPa, diâmetro de 0,25 metros, profundidade de 2,00 metros, utilizando armadura de aço CA 50 - 10 mm	CDHU - 12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	ML	33,06	R\$73,73	R\$2.437,51	R\$2.985,22



PREFEITURA DA CIDADE DE

**SÃO SIMÃO**

4.4	Fornecimento de equipamentos e mão de obra, para abertura de valas, para posterior execução de vigas baldrame. Dimensões de 0,30x0,20x48,21 m	SINAPI - 96527	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_06/2017	ML	33,06	R\$147,37	R\$4.872,05	R\$5.966,80
4.5	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de vigas baldrame, dimensões 0,30x0,20x 48,21 m, confeccionadas com concreto Fck-30 Mpa e armadura em aço CA50 10 mm	CDHU - 09.01.030	Forma em madeira comum para estrutura	M²	13,22	R\$235,48	R\$3.113,05	R\$3.812,55
		SINAPI - 96546	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	110,00	16,16	R\$1.777,60	R\$2.177,03
		SINAPI - 96557	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAMES, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA – LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M³	1,32	R\$612,11	R\$807,99	R\$989,54
4.6	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de impermeabilização da viga baldrame, com impermeabilizantes rígidos, executando duas demãos, cruzadas. Somente na face superior da viga baldrame	CDHU - 54.03.240	Imprimação betuminosa impermeabilizante	M²	13,22	R\$16,30	R\$215,49	R\$263,91
4.7	Formas para execução de pilares - Dimensões 0,20 x 0,20 x 54 m	CDHU - 09.01.030	Forma em madeira comum para estrutura	M²	21,60	R\$235,48	R\$5.086,37	R\$6.229,27
4.8	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução pilares de concreto Fck - 25 MPA. Dimensões 0,20 x 0,20 x 3,00 m - 02 und.	103669	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BALDES - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022	M³	4,32	898,75	R\$3.882,60	R\$4.755,02

4.9	Aço CA 50 A - 3/8" - 4 ferros corridos. Aço CA 50 A - 1/4" - estribos a cada 20 cm. Arame recozido N. 18, viga de respaldo	SINAPI - 96546	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	97,86	R\$17,27	R\$1.690,04	R\$2.069,79
4.10	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de alvenaria de tijolos furados, assentados com argamassa mista.	CDHU - 14.05.050	Alvenaria de bloco cerâmico estrutural, uso revestido, de 14 cm	M <sup>2</sup>	99,18	R\$72,37	R\$7.177,66	R\$8.790,48
4.11	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de chapisco interno e externo.	CDHU - 17.02.020	Chapisco	M <sup>2</sup>	198,36	R\$6,67	R\$1.323,06	R\$1.620,35
4.12	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de reboco paulista, nas paredes internas e externas	CDHU - 17.02.220	Reboco	M <sup>2</sup>	198,36	R\$12,49	R\$2.477,52	R\$3.034,21
4.13	Demolição de alvenaria de blocos de concreto, espessura 15 cm, de forma manual, utilizando ferramentas	SINAPI - 97621	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEIAMENTO. AF_12/2017	M <sup>3</sup>	9,99	R\$124,02	R\$1.238,96	R\$1.517,35
4.14	Fornecimento de portinhola em chapa metálica, com porta cadeado, dimensões 0,50x1,00 m, no açalção existente no antigo refeitório	CDHU- 23.20.160	Folha de porta veneziana maciça, sob medida	M <sup>2</sup>	0,50	R\$1.204,97	R\$602,49	R\$737,86

São Simão, 03 de NOVEMBRO de 2.022

**Antônio Claudio Garcia Duarte**  
**Engenheiro Civil CREA 060.182.377-3**

## Anexo II

### Minuta de Termo de Contrato

**PROCESSO Nº 174/2022**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 019/2022**

**MINUTA DO CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO N.º \_\_\_\_\_ /2022  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO  
DE SÃO SIMÃO/SP, POR INTERMÉDIO DE  
SUA \_\_\_\_\_ PREFEITURA, E**

**CONTRATANTE:** O Município de São Simão/SP, pessoa jurídica de Direito Público Interno, por intermédio da Prefeitura Municipal, com sede na Rua Rodolfo Miranda, n.º 167, Centro, São Simão/SP, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 45.369.220/0002-25, representado pelo Sr. Prefeito Municipal, MARCOS DANIEL BONAGAMBA, residente nesta cidade e comarca de São Simão/SP, no âmbito das atribuições que lhe são inerentes.

**CONTRATADO:** \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecido [inserir endereço completo], representado pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo], portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) n.º \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado e celebram o presente contrato, instruído nos autos do Processo n.º 174/2022, Tomada de Preços n.º 019/2022, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

#### *CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO*

- 1.1. **Contratação de empresa para execução de reforma e adequação para o centro de atendimento psicossocial (localizado na Rua Mário Meirelles dos Santos n. 121 Jardim Brasil – São Simão SP, conforme Planilha Orçamentária, Cronograma e Memorial Descritivo anexo a este Termo de Referência.**

*CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR*

- 2.1. O valor total estimado deste contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_).
- 2.2. Serão aplicados os valores unitários, conforme tabela a seguir:

*CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS*

- 3.1. As despesas decorrentes desta contratação serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO CONTABIL E ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA				
Ficha	Órgão	Funcional Programática	Fonte de Recurso Financeiro	Valor Previsto R\$
348/2022	09.01	10.301.1008.2.008.4.4.90.51.00	0501	400.100,00

*CLÁUSULA QUARTA – DO INÍCIO DO FORNECIMENTO*

- 4.1. O fornecimento dos serviços deverá estar disponibilizado ao CONTRATANTE a partir da assinatura do contrato.

*CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA*

- 5.1. O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, contado da data de assinatura do contrato.

*CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO*

- 6.1. Para o fornecimento do serviço adquirido proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com as necessidades e conveniências do CONTRATANTE:

6.1.1. Os locais da prestação de serviço encontra-se informado junto ao Termo de Referência e será tratado diretamente para o **Sr. Júlio Pacheco** responsável pelo Departamento de Obras e Serviços ou quem este indicar.

6.1.2 – A(s) entrega(s) deverá(ão) obedecer a(s) indicação(ões) constantes da “AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO” – AF emitida pelo Setor de Compras que será entregue previamente ao contratado.

6.1.3. O(s) item(s) deverá(ão) ser entregue(s) devidamente finalizados conforme determinado no Termo de Referência.

6.1.4. A nota fiscal deverá conter o número da *Autorização de Fornecimento* e o número da “Nota de empenho”.

6.1.5. O(s) item(ns) serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e do Contrato.

6.1.6. O(s) item(ns) poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e do Contrato, devendo ser substituído(s) no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### *CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DAS PARTES*

7.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 O CONTRATADO deve, além das demais obrigações descritas nas especificações técnicas constantes no Anexo I do Tomada de Preços n. 019/2022;

7.2.1. nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

7.2.2. manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

7.2.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

7.2.4. responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

7.2.5. fornecer somente materiais que se enquadrem nas especificações do órgão federal responsável;

7.2.6. relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados;

7.2.7. responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei;

7.2.8. responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do contrato;

7.2.9. fornecer a seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT do MTE, bem como cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;

7.2.10. observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção a incêndio, recomendadas por Lei.

7.3. São expressamente vedadas ao CONTRATADO:

7.3.1. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do

CONTRATANTE;

7.3.2. a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

7.3.3. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.

7.4. O CONTRATANTE deve:

7.4.1. expedir as Autorizações de Fornecimento;

7.4.2. prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATADO para a fiel execução do contrato;

7.4.3. designar servidores do CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

7.4.4. notificar ao CONTRATADO, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

#### *CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO*

8.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor(a) do Contrato – Sra. Vivian Sacchi Bordignon, ou por representante do CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

8.2. Durante a vigência deste contrato, o CONTRATADO deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.

8.3. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

#### *CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO*

09.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### *CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO*

10.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

10.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento do CONTRATADO, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

10.2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa,

sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

*CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO*

11.1. O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao Edital e anexos do Tomada de Preços n.º 019/2022, constante do Processo n.º 174/2022, bem como à proposta do CONTRATADO.

*CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO*

12.1. Depois de realizada conferência e aprovação do pré-faturamento mensal, o CONTRATADO deve emitir a nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento em 02 (duas) vias, que deverá ser entregue no Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rodolfo Miranda, n.º 167, Centro, nesta cidade de São Simão/SP para fins de liquidação e pagamento, acompanhada, quando solicitado, das seguintes comprovações:

12.1.2 Certidão Negativa de Débitos da Previdência Social – CND;

12.1.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

12.1.4. Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO;

12.1.5. Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;

12.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

12.2. A nota fiscal/fatura emitida deverá conter as seguintes informações:

12.2.1. O valor da prestação do serviço durante o mês;

12.2.2. Registro das retenções pertinentes nos termos das leis de regência

12.3. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) contados da data da protocolização junto ao Departamento de Contabilidade, da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente do CONTRATADO.

12.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, observadas as disposições constantes do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993:

*Art. 5o Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada. (...)*

*§ 3o Observados o disposto no caput, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).*

12.5. Constatando-se, na análise dos documentos apresentados, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

12.9. Somente por motivo de economicidade, segurança ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente com relação à documentação de habilitação para efeito de pagamento.

12.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No

entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (\text{TX}) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

#### *CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES*

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o CONTRATADO que:

13.1.1 não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo;

13.1.2 apresentar documentação falsa;

13.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.3 ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.4 não mantiver a proposta;

13.1.5 cometer fraude fiscal;

13.1.6 comportar-se de modo inidôneo;

13.2. O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1 - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

13.1.1 - Impedimento de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

13.1.2 -A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

13.1 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.3. As penalidades serão obrigatoriamente comunicadas aos órgãos oficiais pertinentes, nos termos da legislação vigente;

13.3. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

#### *CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DO FORO*

14.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de São Simão, Seção Judiciária do São Simão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

14.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, e pelas testemunhas abaixo.

São Simão/SP, em [data].

**MUNICÍPIO DE SÃO SIMÃO/SP**  
**CONTRATANTE**  
**MARCOS DANIEL BONAGAMBA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**CONTRATADA**  
**Representante**  
Procurador/cargo

#### **TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:

**RG:**

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:

**RG:**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2008 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO**

**CONTRATADA:**

**CONTRATO Nº**

**OBJETO: Contratação de empresa para execução de reforma e adequação para o centro de atendimento psicossocial (localizado na Rua Mário Meirelles dos Santos n. 121 Jardim Brasil – São Simão SP, conforme Planilha Orçamentária, Cronograma e Memorial Descritivo anexo a este Termo de Referência.**

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (\*)\_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando - se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo - nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: São Simão de \_\_\_\_\_ de 20XX

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: JOÃO SERGIO BONFIGLIOLI JUNIOR

Cargo: Chefe de Setor II

CPF: 275.511.288-32 RG: 25.662.769-1



Data de Nascimento: 28/03/1978

End. residencial completo: Rua Jose Silveira n. 379 – Bairro Bento Quirino – São Simão SP

E-mail institucional: licitacao@saosimao.sp.gov.br

E-mail pessoal:joaobq@yahoo.com.br

Telefone(s):16 99992-4541

Assinatura: \_\_\_\_\_

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: MARCOS DANIEL BONAGAMBA

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 083.993.648-60 RG: 20.402.756-1

Data de Nascimento: 29/09/1969

Endereço residencial completo: Rua Mato Grosso n. 94 – Jd. Claudia Prado – São Simão SP

E-mail institucional prefeito@saosimao.sp.gov.br

E-mail pessoal: bonag@uol.com.br

Telefone(s): 16 3984 - 9070

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF: RG:

Data de Nascimento:

Endereço residencial completo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Telefone(s):

Assinatura: \_\_\_\_\_

Advogado:

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



PREFEITURA DA CIDADE DE

São Simão

ANEXO III  
PLANILHA ORÇAMENTARIA

		OBRA: REFORMA E ADEQUAÇÃO PARA O CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL (ANTIGO PRÉDIO CRECHE SAMIRA)						
		PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO						
		PLANILHA ORÇAMENTARIA						
		LOCAL: RUA MARIO MEIRELES DOS SANTOS, 211, JARDIM BRASIL - SÃO SIMÃO						
		REFERÊNCIA: SINAPI 06 / 2022 CDHU 186						
		BDI = 22,47%						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL + BDI
<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>								
1	Instalação de placa de identificação de obra	CDHU 02.08.020	Placa de identificação para obra	M²	2,00	R\$860,20	R\$1.720,40	R\$2.106,97
<b>SUBTOTAL</b>							<b>R\$1.720,40</b>	<b>R\$2.106,97</b>
<b>REPAROS EM TELHADO</b>								
2.1	Execução de reparos em telhado com telhas de fibrocimento (considerou-se 10% da área do telhado)	SINAPI - 94207	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM REFORÇAMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSIVE ACABAMENTO. AF_07/2019	M²	57,56	45,70	R\$2.630,43	R\$3.221,49
<b>SUBTOTAL</b>							<b>R\$2.630,43</b>	<b>R\$3.221,49</b>
<b>ARMARIO EMBUTIDO RECEPÇÃO</b>								
3.1	Fornecimento de materiais e mão de obra, para confecção e instalação de armário de MDF com 06 repartições, dim= 2,80x6,00 m cada.	COTAÇÃO DE PREÇOS	COTAÇÃO DE PREÇOS	UNIDADE	1,00	R\$25.232,00	R\$25.232,00	R\$30.901,63
<b>SUBTOTAL</b>							<b>R\$25.232,00</b>	<b>R\$30.901,63</b>
<b>ALVENARIA</b>								
4.1	Demolição de alambreado em tela de aço galvanizado, fio 12, fixados em mourões de concreto armado e muretas em blocos de concreto, espessura 15 cm. Nas laterais e fundos do imóvel	CDHU - 04.09.100	Retirada de guarda-corpo ou gradil em geral	M²	R\$326,88	R\$30,21	R\$9.875,04	R\$12.093,97
4.2	Fornecimento de materiais e mão de obra, para construção de muro de divisas, em blocos de concreto, dimensões 14x19x39 cm, assentados com argamassa mista, colunas de sustentação em concreto armado, a cada 2,00 metros. Altura do muro = 2,20 metros nas laterais e fundos do imóvel	CDHU- 14.11.231	Alvenaria de bloco de concreto estrutural 19 x 19 x 39 cm - classe B	M²	R\$326,88	R\$103,75	R\$33.913,80	R\$41.534,23
<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>								
4.3	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de estacas de concreto armado, Fck= 20 MPa, diâmetro de 0,25 metros, profundidade de 2,00 metros, utilizando armadura de aço CA 50 - 10 mm	CDHU - 12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	ML	33,06	R\$73,73	R\$2.437,51	R\$2.985,22
4.4	Fornecimento de equipamentos e mão de obra, para abertura de valas, para posterior execução de vigas baldrame. Dimensões de 0,30x0,20x48,21m	SINAPI - 96527	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME (INCLUSIVE ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS). AF_06/2017	ML	33,06	R\$147,37	R\$4.872,05	R\$5.966,80
4.5	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de vigas baldrame, dimensões 0,30x0,20x48,21m, confeccionadas com concreto Fck=30 Mpa e armadura em aço CA50 10 mm	CDHU - 09.01.030	Forma em madeira comum para estrutura	M²	13,22	R\$235,48	R\$3.113,05	R\$3.812,95
		SINAPI - 96546	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	110,00	16,16	R\$1.777,60	R\$2.177,03
		SINAPI - 96557	ADENSAMENTO DE VIGAS BALDRAMES, FCK 30 MPa, COM USO DE BOMBA LANCAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M²	1,32	R\$612,11	R\$807,39	R\$983,54
4.6	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de impermeabilização da viga baldrame, com impermeabilizantes rígidos, executando duas demãos, cruzadas. Somente na face superior da viga baldrame	CDHU - 54.03.240	Imprimação betuminosa impermeabilizante	M²	13,22	R\$16,30	R\$215,49	R\$263,91
4.7	Formas para execução de pilares - Dimensões 0,20 x 0,20 x 54 m	CDHU - 09.01.030	Forma em madeira comum para estrutura	M²	21,60	R\$235,48	R\$5.086,37	R\$6.229,27
4.8	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução pilares de concreto Fck = 25 MPa, Dimensões 0,20 x 0,20 x 3,00 m - 02 und.	103663	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPa, COM USO DE BALDES - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022	M²	4,32	898,75	R\$3.882,60	R\$4.755,02
4.9	Aço CA 50 A - 3/8" - 4 ferros corridos. Aço CA 50 A - 1/4" - estribos a cada 20 cm. Arame recozido N. 18, viga de respaldo	SINAPI - 96546	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	97,86	R\$17,27	R\$1.690,04	R\$2.063,79



PREFEITURA DA CIDADE DE  
**São Simão**

4.10	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de alvenaria de tijolos furados, assentados com argamassa mista.	CDHU - 14.05.050	Alvenaria de bloco cerâmico estrutural, uso revestido, de 14 cm	M²	99,18	R\$72,37	R\$7.177,66	R\$8.730,48
4.11	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de chapisco interno e externo.	CDHU - 17.02.020	Chapisco	M²	198,36	R\$6,67	R\$1.323,06	R\$1.620,35
4.12	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de reboco paulista, nas paredes internas e externas	CDHU - 17.02.220	Reboco	M²	198,36	R\$12,49	R\$2.477,52	R\$3.034,21
4.13	Demolição de alvenaria de blocos de concreto, espessura 15 cm, de forma manual, utilizando ferramentas	SINAPI - 97621	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	9,99	R\$124,02	R\$1.238,96	R\$1.517,35
4.14	Fornecimento de portinhola em chapa metálica, com porta cadeado, dimensões 0,50x1,00 m, no açalção existente no antigo refeitório	CDHU-23.20.160	Folha de porta veneziana maciça, sob medida	M²	0,50	R\$1.204,97	R\$602,49	R\$737,86
<b>SUBTOTAL</b>							<b>R\$80.491,22</b>	<b>R\$98.577,59</b>
<b>5</b>				<b>BANHEIROS MASCULINO/FEMININO/PNE</b>				
5.1	Fornecimento de ferramentas e mão de obra, para remoção aparelhos sanitários, sem reaproveitamento, sanitários masc. e fem.,	SINAPI - 97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UNIDADE	16,00	R\$14,43	R\$230,88	R\$282,76
5.2	Fornecimento de materiais, equipamentos sanitários, assentamento de vasos sanitários, com caixa acoplada, completo, inclusive conexões e assentos.	SINAPI - 86888	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UNIDADE	12,00	R\$387,80	R\$4.653,60	R\$5.698,26
5.3	Fornecimento de materiais, vasos sanitários adaptados, sendo 01 (um) em cada box, masculino e feminino, completo. PNE masc. e fem.	SINAPI - 95472	VASO SANITÁRIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCO SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO, INCLUSIVE CONJUNTO DE LOUÇA PARA BACIA SANITÁRIA	UNIDADE	2,00	R\$611,02	R\$1.222,04	R\$1.496,63
5.4	Fornecimento de materiais e mão de obra, para assentamento de barra de inox, 60 cm, para cadeirante, completo c/03 barras	SINAPI - 100866	POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UNIDADE	2,00	R\$303,63	R\$607,26	R\$743,71
5.4	Fornecimento de materiais e mão de obra, para assentamento de barra de inox, 60 cm, para cadeirante, completo c/03 barras	SINAPI - 100866	POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UNIDADE	2,00	R\$303,63	R\$607,26	R\$743,71
5.5	Fornecimento de torneiras para lavatório PNE	SINAPI - 100853	TORNEIRA COM ALMA DE MESA PARA LAVATÓRIO, TIPO MONOCOMANDO. AF_01/2020	UNIDADE	2,00	R\$328,83	R\$657,66	R\$805,44
5.6	Fornecimento de materiais e mão de obra, para assentamento de lavatórios suspenso de louças, fixados na parede, completo, com flexível, sifão, válvula e torneira de mesa cromada, padrão popular.	SINAPI - 93396	CUBA DE EMBUTIR OVAL LOUÇA BRANCA 35 X 50 CM, VÁLVULA METAL CROMADO, SIFÃO FLEXÍVEL PVC, ENGATE 30 CM FLEXÍVEL PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FOR NEC. E	UNIDADE	15,00	R\$665,33	R\$9.979,95	R\$12.224,44
5.7	Fornecimento de materiais e mão de obra, para assentamento de mictório de louça, completo, registo e sifão	SINAPI - 100858	MICTÓRIO SIFONADO LOUÇA BRANCA PADRÃO MÍDIO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UNIDADE	2,00	R\$605,76	R\$1.211,52	R\$1.493,75
5.8	Fornecimento de materiais e mão de obra, assentamento de revestimento cerâmico esmaltado, nos sanitários masc., fem e PNE revestimento ate o teto, inclusive revestimento da parede da recepção	CDHU - 18.06.102	Placa cerâmica esmaltada PEI-5 para área interna, grupo de absorção B1b, resistência química B, assentado com argamassa colante industrializada	M²	198,36	R\$44,31	R\$8.789,33	R\$10.764,29
5.9	Fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de placas de granilite (marmóite ou granítica), espessura 3 cm, para execução das divisórias dos banheiros, conforme ilustra no projeto ( compr. 33 m x alt 2,00 m)	SINAPI - 10698	DIVISÓRIA, PLACA PRE-MOLDADA EM GRANILITE, MARMÓITE OU GRANITINA, E = *3 CM	M²	66,00	185,56	R\$12.246,96	R\$14.998,85
5.10	Fornecimento de materiais e mão de obra, para assentamento de piso porcelanato, 50 x 50 cm, ou área similar, assentados sobre piso, argamassa C3. Consideramos 5% de perda.	SINAPI 87263	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 50X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_06/2014	M²	84,10	156,17	R\$13.133,90	R\$16.085,08
<b>SUBTOTAL</b>							<b>R\$52.733,10</b>	<b>R\$64.582,23</b>
<b>6</b>				<b>SERVIÇOS PRELIMINARES PINTURA</b>				
6.1	Execução de preparo de superfície interna e externa, lixamento, escovação e raspagem de lodo e tintas degradadas	CDHU - 03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	M²	1584,47	R\$6,02	R\$9.538,51	R\$11.681,81
6.2	Execução de pintura em tinta látex PVA, interna e externa, duas demãos (pintura externa e interna)	SINAPI - 88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	1363,95	16,42	R\$22.398,06	R\$27.428,45
6.3	Execução de pintura em tinta esmalte, barrado de Paredes internas com 1,20 m	SINAPI - 102220	(PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE EM MADEIRA, 2 DEMÃOS	M²	378,37	17,28	R\$6.548,60	R\$8.020,07
6.4	Execução de pintura em tinta esmalte, em superfícies metálicas, de gradis, portas de correr e vitros metálicos	SINAPI - 100742	ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO	M²	206,32	27,22	R\$5.616,03	R\$6.877,95
6.5	Execução de pintura em verniz para madeira, nas portas internas e externas	CDHU - 33.05.330	Verniz em superfície de madeira	M²	73,92	R\$26,54	R\$1.961,84	R\$2.402,68
<b>SUBTOTAL</b>							<b>R\$46.061,04</b>	<b>R\$56.410,95</b>
<b>7</b>				<b>PORTAS</b>				
7.1	Remoção de portas internas de madeira, deterioradas por umidade e/ou deprezadas por tentativas de invasão, inclusive nas demolições de paredes.	SINAPI - 97644	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M²	33,60	10,37	348,43	R\$426,72
7.2	Fornecimento e instalação de portas internas e externas, de madeira encabeçada, lisa,	CDHU - 23.20.330	Folha de porta lisa comum - 80 x 210 cm	UND	15,00	R\$302,75	4.541,25	R\$5.561,67
7.3	Fornecimento e instalação de portas internas e externas, de madeira encabeçada, lisa, completa, inclusive maçanetas e fechaduras externas dimensões 0,60x 2,10 m	CDHU - 23.20.310	Folha de porta lisa comum - 60 x 210 cm	UND	12,00	R\$302,55	3.630,60	R\$4.446,40
		SINAPI - 90830	EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÍDIO APLICADA A ROLLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO	UND	12,00	198,78	2.385,36	R\$2.921,35



PREFEITURA DA CIDADE DE  
**São Simão**

7.4	Fornecimento de mão de obra, para reforma de portão tubular metálico, com tela galvanizada, fio 12, malha 3", acesso ao prédio, dimensões 3,00 x 2,00 m. solda, substituição tela galvanizada e ferro-lho e porta cadeado	CDHU-24.02.630	Portão de 2 folhas tubular diâmetro de 3", com tela em aço galvanizado de 2", altura acima de 3,00 m, completo	M²	9,20	R\$718,90	6.613,88	R\$8.100,02
7.6	Fornecimento de materiais e mão de obra, para substituição de porta metálica de correr, dimensões 1,60 x 2,10 m, com vidro, completa	SINAPI - 4922	PORTA DE CORRER EM ALUMÍNIO, DUAS FOLHAS MÓVEIS COM VIDRO, FECHADURA E BARRAMENTO DE BARRAMENTO ACABAMENTO ANODIZADO NATURAL, SEM	M²	3,36	R\$370,10	1.243,54	R\$1522,96
7.7	Fornecimento e instalação de portas internas e externas, chapa metálica, com vidro, completa, inclusive maçanetas e fechaduras externas dimensões 0,90x2,10 m acesso a área externa coberta	CDHU - 23.20.340	Folha de porta lisa comum - 90 x 210 cm	UND	2,00	331,52	663,04	R\$812,03
		SINAPI - 90830	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSIVE EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00	196,78	397,56	R\$486,89
<b>SUBTOTAL</b>							<b>R\$19.823,66</b>	<b>R\$24.278,03</b>
<b>8 REPAROS / INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E CLIMATIZAÇÃO</b>								
8.1	Fornecimento de eletricitista e ajudante, para revisão geral, nos circuitos elétricos, interruptores, tomadas e iluminação.	SINAPI - 88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	50,00	27,48	1.374,00	R\$1682,74
		SINAPI - 88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	50,00	31,98	1.599,00	R\$1958,30
8.2	Cabo de cobre flexível de 1,5 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90 C	CDHU - 39.21.010	Cabo de cobre flexível de 1,5 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90 C	M	55,00	R\$2,66	146,30	R\$173,17
8.3	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90 C	CDHU - 39.21.020	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90 C	M	55,00	R\$3,51	193,05	R\$236,43
8.4	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90 C	CDHU - 39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90 C	M	45,00	R\$4,39	224,55	R\$275,01
8.5	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES FLUORESCEN UN CR 145 49 TES DE 36 W, COM REATOR DE PARTIDA RÁPIDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	SINAPI - 97686	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES FLUORESCENTES DE 36 W, COM REATOR DE PARTIDA RÁPIDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UND	40,00	207,29	8.291,60	R\$10.154,72
8.6	ESPELHO / PLACA DE 1 POSTO 4" X 2", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	SINAPIH - 38092	ESPELHO / PLACA DE POSTO 4" X 2", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UND	20,00	2,04	41,20	R\$50,46
8.7	PONTO DE ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA). AF_01/2016	SINAPI - 93128	PONTO DE ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA). AF_01/2016	UND	20,00	170,26	3.405,20	R\$4.170,35
8.8	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_01/2016	SINAPI - 93141	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_01/2016	UND	36,00	203,05	7.309,80	R\$8.952,31
8.9	ESPELHO / PLACA DE 1 POSTO 4" X 2", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	SINAPIH - 38092	ESPELHO / PLACA DE POSTO 4" X 2", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UND	6,00	2,06	12,36	R\$15,14
8.10	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI - 93664	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UND	4,00	66,55	266,20	R\$326,02
8.11	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI - 93656	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UND	4,00	14,41	57,64	R\$70,59
8.12	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUs (salas - assistente social, administração, salas atendimento psicológico)	CDHU - 43.07.330	Ar condicionado a frio, tipo split parede com capacidade de 12.000 BTU/h	UND	R\$4,00	R\$3.464,01	13.856,04	R\$16.369,49
8.13	AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUs (salas - médica, enfermagem, salas atendimento em geral)	CDHU - 43.07.340	Ar condicionado a frio, tipo split parede com capacidade de 18.000 BTU/h	UND	4,00	R\$4.733,32	18.933,28	R\$23.187,59
8.14	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 20 DISJUNTOR	CDHU - 101879	CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 24	UND	1,00	658,88	658,88	R\$806,93
8.15	DISJUNTOR BIPOLAR 90A	CDHU - 101894	NOMINAL DE 60 ATE 100A - FORNECIMENTO E	UND	1,00	167,26	167,26	R\$204,84
8.16	DISJUNTOR BIPOLAR 16A	CDHU - 93661	NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E	UND	4,00	60,28	241,12	R\$295,30
8.17	DISJUNTOR BIPOLAR 20A	CDHU - 93662	NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E	UND	4,00	63,10	252,40	R\$309,11
8.18	CABO PARA AR CONDICIONADO 12000 BTUS 2,5 MM²	CDHU - 39.21.020	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90 C	M	200,00	R\$3,51	702,00	R\$859,74
8.19	CABO PARA AR CONDICIONADO 18000 BTUS 4,0 MM²	CDHU - 39.21.030	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90 C	M	200,00	R\$4,39	938,00	R\$1.222,25
8.20	CABO DE ENTRADA 16,0 MM²	CDHU - 39.21.060	Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90 C	M	30,00	R\$18,71	561,30	R\$687,42
8.21	Fornecimento de mão de obra e materiais, para instalação de divisórias de eucatex até forro	SINAP - 96367	ACARTONADO (DRY WALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES DUPLAS E	M²	23,25	149,94	3.486,11	R\$4.284,43
8.22	Portas de divisórias	CDHU - 23.13.052	umidade "PIMRU", para acabamento em pintura, tipo acessível, padrão dimensional	UND	2,00	R\$811,44	1.622,88	R\$1.987,54
8.23	Substituição de vidros trincados ou quebrados (considerou-se 30% da área de janelas existentes)	SINAPI 102192	REMOÇÃO DE VIDRO TEMPERADO FIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021	M²	18,84	17,32	326,31	R\$399,63
8.24	Fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de eletroduto aparente, galvanizado, espessura 3/4"	CDHU 186 - 38.04.040	Eletroduto galvanizado de conforma NBR13057 - 3/4" com ocorrência	M	63,00	R\$37,59	2.381,17	R\$2.900,30
8.25	Fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de caixa elétrica galvanizada, de sobrepor, completa com tomada 2P+T, inclusive	SINAPI 12147	TOMADA 2P+T 10A, 250V, COM JUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MÓDULO)	UND	48,00	12,58	603,84	R\$739,52
8.26	Fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de abraçadeiras de aço galvanizado, fixação dos eletrodutos nas paredes, com	SINAPI - 39129	ABRACADEIRA DE AÇO PARA ABRAÇAMENTO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM PEÇUINHA DE FIXAÇÃO	UND	30,00	2,23	66,90	R\$81,93
8.27	Fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de arruelas de eletrodutos 3/4"	SINAP - 39209	ARRUELA EM ALUMÍNIO, COM ROSCA, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UND	30,00	0,62	18,60	R\$22,78
8.28	Fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de buchas de eletrodutos 3/4"	SINAP - 39175	BUCHA EM ALUMÍNIO, COM ROSCA, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UND	30,00	1,20	36,00	R\$44,09
8.29	Fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de curvas 90 e 45 graus para eletrodutos 3/4"	SINAP - 1804	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 3/4"	UND	12,00	23,05	276,60	R\$338,75
8.230	Fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de condutores de 2,5 mm²	CDHU - 39.03.170	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento PVC TIPO C	M	151,20	R\$4,50	680,40	R\$833,29
<b>SUBTOTAL</b>							<b>R\$68.776,98</b>	<b>R\$84.231,17</b>



PREFEITURA DA CIDADE DE

São Simão

9 GALPÃO EXTERNO - OFICINA TERAPEUTICA e COBERTURA LAVANDERIA								
9.1	Demolição de cobertura em telhas de fibrocimento e estrutura de madeira	04.03.046	Retirada de telhamento perfil e material qualquer, exceto barro	H	8,00	R\$7,79	62,32	R\$76,32
9.2	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de estrutura metálica de cobertura, em perfil metálicos, espessura 2,25 mm, enrijecido, 100x50x10mm, banzo superior e inferior, perfil 30x40 mm, para mão francesa, peças para confecção das vigas treliçadas.	SINAPI - 100774	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO SHED, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUIDOS PERFILES METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_012020_P	kg	580,00	13,76	7.980,80	R\$9.774,09
	Fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de telhas em chapa galvanizada, tipo ondulada	16.13.140	Telhamento em chapa de aço galvanizado autoportante, perfil trapezoidal, com espessura de 0,80 mm e altura de 120 mm	M²	50,00	R\$177,45	8.872,50	R\$10.866,15
9.3	Fornecimento de mão de obra, para demolição de piso em concreto	CDHU-03.01.020	Demolição manual de concreto simples	m3	4,50	R\$214,17	963,77	R\$1.180,32
	Confeção de concreto, Fck= 20 Mpa, espessura, 0,08 m, polido	SINAP - 37037	CONCRETO AFIRMADO OU LAJE SOBRE SOLO	M²	50,00	39,93	1.996,50	R\$2.445,11
		CDHU - 11.01.100	Concreto usinado, fck = 20 MPa	M3	4,00	R\$398,63	1.594,52	R\$1.952,81
9.4	Remoção de tanque de cimento existente	CDHU - 03.04.030	Demolição manual de revestimento em ladrilho hidráulico, incluindo a base	M²	12,00	R\$9,74	116,88	R\$143,14
	Fornecimento materiais e mão de obra, para instalação de pia de, 2metros	SINAPI-1743	REVESTIMENTO EM CERÂMICA ESMALTADA COM LADRILHOS DE CERÂMICA (AISI 430) COM 1 CUBA CENTRAL, COM VALVULA, ESCORREDOR DUPLO, DE 0,55 X	UND	1,00	414,21	414,21	R\$507,28
	Fornecimento de materiais e mão de obra, para assentamento de revestimento cerâmico, no frontal da pia	SINAPI-533	REVESTIMENTO EM CERÂMICA ESMALTADA COMERCIAL, PEI MENOR OU IGUAL A 3, FORMATO MENOR OU IGUAL A 20x25 CM2	M²	2,00	24,84	49,68	R\$60,84
9.5	Fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de mureta em alvenaria de blocos de concreto, dim = 14x13x43 cm, altura de 1,20m x 12 m comprimento.	SINAPI 89454	ESTRUTURAL 14X13X39 CM, (ESPESSURA 14 CM), FCK = 4,5 MPa, PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 8M², SEM VÃOS, UTILIZANDO PALHETA. AF_12/2014	M²	14,40	79,29	1.141,78	R\$1.398,33
	Revestimento em argamassa de cimento e areia, traço 1,4, na mureta de contenção.	CDHU-17.03.020	Cimentado desempenado	M²	14,40	R\$32,23	464,11	R\$568,40
9.6	Cobertura da lavanderia em estrutura de madeira e telha de fibrocimento	94207	FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 14 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE	M²	13,77	45,70	629,29	R\$770,69
<b>SUBTOTAL</b>							<b>R\$24.286,35</b>	<b>R\$28.972,81</b>
<b>VALOR TOTAL</b>								<b>R\$321.755,17</b>
<b>VALOR TOTAL + BDI 22,47%</b>								<b>R\$393.282,87</b>
SÃO SIMÃO, 25 DE AGOSTO DE 2.022								
Antonio Claudio Garcia Duarte Engenheiro Civil - CREA 060183377-3			JÚLIO PACHECO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS			Vivian Sacchi Bordignon Arquiteta e urbanista CAU 39525-0		

**EM CASO DE DÚVIDA QUANTO A TABELA ACIMA FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O DEPARTAMENTO DE OBRAS 16 3984-9070**

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo  
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP  
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25

**ANEXO IV – Modelo de Composição do BDI**

 <b>MUNICÍPIO DE</b> <b>SÃO SIMÃO</b> 		
<b>DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÃO DO BDI (acórdão 2622/2013-TCU-Plenário)</b>		
Prefeitura do Município de São Simão SP		
Processo n.º		
Convênio n.º		
Data da Elaboração: 20/10/2021		
0		
<b>COMPOSIÇÃO DO BDI (acórdão 2622/2013-TCU-Plenário)</b>		
<b>ITENS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>%</b>
AC	Administração Central	3,00%
S + G	Seguros	0,80%
R	Riscos	0,97%
DF	Despesas Financeiras	0,59%
L	Lucro/Remuneração	6,16%
I	Impostos/tributos	8,65%
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS	5,00%
	Contribuição Previdenciária	
<b>Taxa do BDI (%)</b>		<b>22,47%</b>
Declaramos sob pena da Lei que a alternativa adotada pela Prefeitura do Município de <b>SEM Desoneração</b> e que esta é a mais vantajosa para a Administração Pública.		
$BDI = \left( \left( \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$		
<b>SÃO SIMÃO 22 DE OUTUBRO DE 2.021</b>		
<b>ANTONIO CLÁUDIO GARCIA DUARTE</b> ENGENHEIRO CIVIL - CREA 060.182.377-3 ENGENHEIRO CIVIL RESPONSÁVEL DA PREFEITURA		<b>JÚLIO PACHECO</b> DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS

OBS: o preenchimento da tabela é de responsabilidade exclusiva do licitante



**ANEXO V – Cronograma físico-financeiro**

<b>OBJETIVO:</b> Reforma e Adequação Para o Centro de Atendimento Psicossocial "Antiga Creche Samira Geraigire"								
<b>LOCAL:</b> Rua Mario Meirelles dos Santos, N. 211, Jardim Brasil, São Simão – SP.								
<b>CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO</b>								
ITE	DISCRIMINAÇÃO	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	VALOR (R\$)
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
	<b>PROCENTAGEM DA OBRA</b>	<b>1,36%</b>	<b>12,53%</b>	<b>20,39%</b>	<b>14,38%</b>	<b>18,92%</b>	<b>32,42%</b>	<b>100,00%</b>
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	2.106,97						2.106,97
2	REPAROS NO TELHADO	3.221,49						3.221,49
3	ARMARIO EMBUTIDO			30.901,63				30.901,63
4	ALVENARIA		49.288,80	49.288,79				98.577,59
5	BANHEIROS				32.291,11	32.291,12		64.582,23
6	PINTURA						56.410,95	56.410,95
7	PORTAS				24.278,03			24.278,03
8	ELETRICA E CLIMATIZAÇÃO					42.115,59	42.115,58	84.231,17
9	GALPÃO EXTERNO						28.972,81	28.972,81
<b>TOTAL DE CADA MÊS</b>		<b>5.328,46</b>	<b>49.288,80</b>	<b>80.190,42</b>	<b>56.569,14</b>	<b>74.406,71</b>	<b>127.499,34</b>	<b>R\$ 393.282,87</b>
São Simão 26 de Agosto de 2022								
Antonio Claudio Garcia Duarte Eng. Civil CREA 060182377-3				Vivian Sacchi Bordignon Arquiteta e Urbanista - CAU A-39525-0				

## *ANEXO VI*

# **MEMORIAL DESCRITIVO / PROJETO DE REFORMA E ADEQUAÇÃO PARA O CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL**

O presente memorial trata-se do projeto de adequações do antigo prédio que ocupava a Creche Samira, na Rua Mário M. dos Santos, número 220, bairro Jardim Jardim Brasil. Estas adequações se dão para que o mesmo fique dentro de todas as normas de acessibilidade vigentes, bem como outros decretos e instruções normativas que regulamentem a matéria.

### **OBJETO**

Trata-se de Adequação do prédio existente à NBr 9050 e demais decretos e leis que regulamentam a acessibilidade de edificações. Construção existente com área total de 519,50 m<sup>2</sup>, dentre os serviços a serem realizados, estão a reforma das salas para novas atividades como: **recepção na entrada principal, salas de atendimento em grupo, salas de atendimento psicológico, sala para enfermagem, sala para consultório médico, sala de assistente social, banheiro adaptado PNE, reforma dos banheiros existentes, reforma da copa, reforma do refeitório, reforma da área destinada a oficina terapêutica (execução de nova cobertura), construção de uma área de serviço externa e na área externa execução de muros fachada, laterais e fundos, conserto de calçada e reparo nos portões de entrada existente. Reparos na cobertura da entrada principal do prédio como execução do piso da passarela em concreto desempenado com juntas de dilatação, pintura e reparos na elétrica e reparos no telhado do prédio principal.**

A execução dos serviços deverá ser feita de acordo com as especificações descritas neste Memorial Descritivo, nos Projetos em anexo e na NBR 9050/2015.

### **SERVIÇOS INICIAIS**

#### *ART ou RRT*

Será exigida ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) pelos serviços de execução, que deverá ser apresentada antes da assinatura da respectiva Ordem de Serviço.

## **SERVIÇOS PRELIMINARES**

A empresa licitante vencedora do certame, deverá instalar a placa de identificação da obra, montar canteiros de obras e container para deposição de materiais e ferramentas.

## **COBERTURA**

Reparo geral da cobertura do prédio existente, substituição de telhas cerâmicas danificadas, inclusive calhas e condutores em estado ruim de conservação. Construção de cobertura para oficina terapêutica em estrutura metálica e telhas galvanizadas onduladas.

## **ARMÁRIO NO REFEITÓRIO**

Fornecimento de matérias e mão de obra para confecção e instalação de armário de MDF com 06 repartições e dimensões de 2,00x 3,00 em cada, conforme projeto.

## **CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS/ ADAPTADOS (PNE)**

Os banheiros e o banheiro adaptado receberão revestimento/piso na altura total do pé-direito do prédio. Estes revestimentos deverão ser assentados com argamassa específica, tipo Quartzolit ou similar. E posteriormente deverão ser rejuntados. Detalhes conforme projeto.

## **REFORMA DOS SANITÁRIOS EXISTENTES**

Para melhor aproveitamento dos espaços, será necessário a reforma dos sanitários existentes. Seguir conforme projeto arquitetônico.

## **ESQUADRIAS (portas e janelas)**

Deverão seguir as medidas das portas e janelas das áreas a serem reformadas, de acordo com o projeto.

Deverão ser instaladas novas portas em todas as salas e banheiros a reformar/construir, com vão mínimo 90cm. Fornecimento de ferramentas, equipamentos e mão de obra, para fornecimento e assentamento de portas de madeira, inclusive fechaduras internas e ferragens. Remoção de porta de acesso ao corredor principal a sala de assistente, consultório médico, enfermagem e sanitários. Reaproveitamento da mesma porta na saída pra a oficina terapêutica.

### **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

Reparos nas instalações elétricas do todo o prédio e também para adequar para a climatização das **salas de atendimento em grupo, sala de atendimento psicológico, sala administração, sala de enfermagem, consultório médico e assistência social**. Executar dois pontos para instalação de ventiladores no refeitório. Todos os materiais e equipamentos deverão estar de acordo com as normas da concessionária local e com a ABNT.

Todos os eletrodutos serão embutidos e em polietileno.

Todos os condutores serão de cobre, com proteção antichamas sendo fio para as secções até 4,0mm<sup>2</sup> e cabo para secções maiores.

As caixas de derivação serão metálicas, esmaltadas interna e externamente.

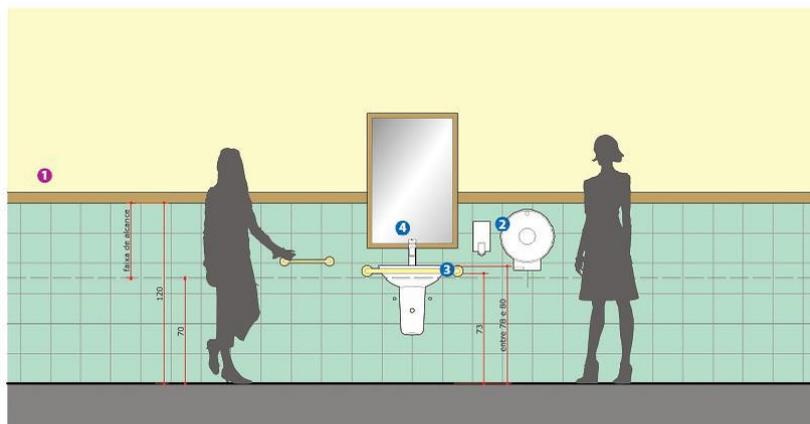
Os centros de distribuição deverão ter a porta externa com fechadura protegidos por disjuntores independentes para circuitos de iluminação, tomadas e chuveiros individualizados, e ter barramento independente para a terra.

### **INSTALAÇÕES HIDRÁULICO-SANITÁRIAS**

As instalações hidráulico-sanitárias deverão ser executadas conforme normas técnicas vigentes, serão substituídos os lavatórios existentes e nos sanitários PNEs a instalação de lavatórios que estejam de acordo com a NBR9050.

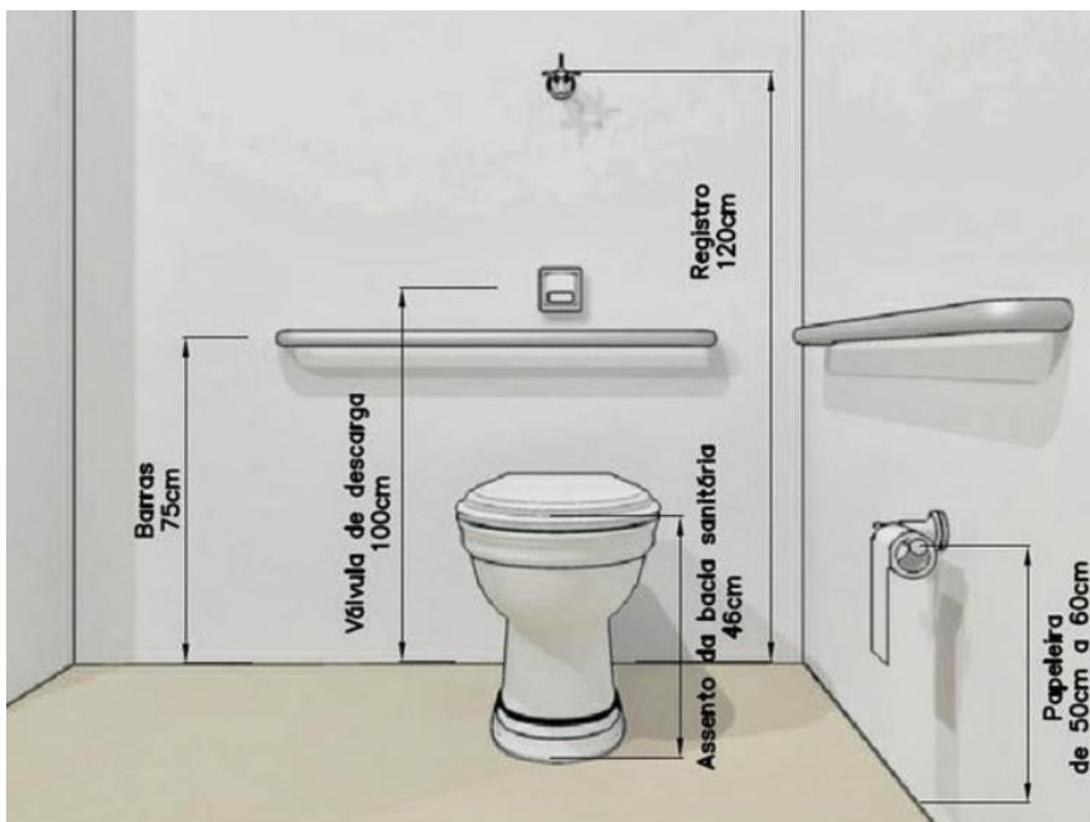
O abastecimento de água será feito pela rede pública e por reservatório existente. Toda rede de distribuição de água fria será interna e em tubos de PVC rígido. Toda rede de esgoto será interna e em tubos de PVC rígido. Serão executadas caixas de inspeção em alvenaria de tijolos comuns. Todo o lançamento de esgoto será da rede pública.

Todas as águas pluviais serão recolhidas por calhas e condutores em aço galvanizado e, transportadas através de tubos de PVC rígidos e serão lançados para posterior escoamento pelas ruas.



- 1** Faixa de azulejos em cor contrastante destaca as louças e acessórios e facilita o uso por pessoas com baixa visão
- 2** Locar saboneteira, toalheiro, porta-objetos e lavatório dentro da faixa de alcance, que deve estar entre 0,70 e 1,20m
- 3** O lavatório deve ser suspenso (sem coluna), e fixado a uma altura entre 0,75 e 0,80m do piso, sendo que a altura livre deve ser de a 0,73m
- 4** Torneira acionada por sensor de presença ou alavanca

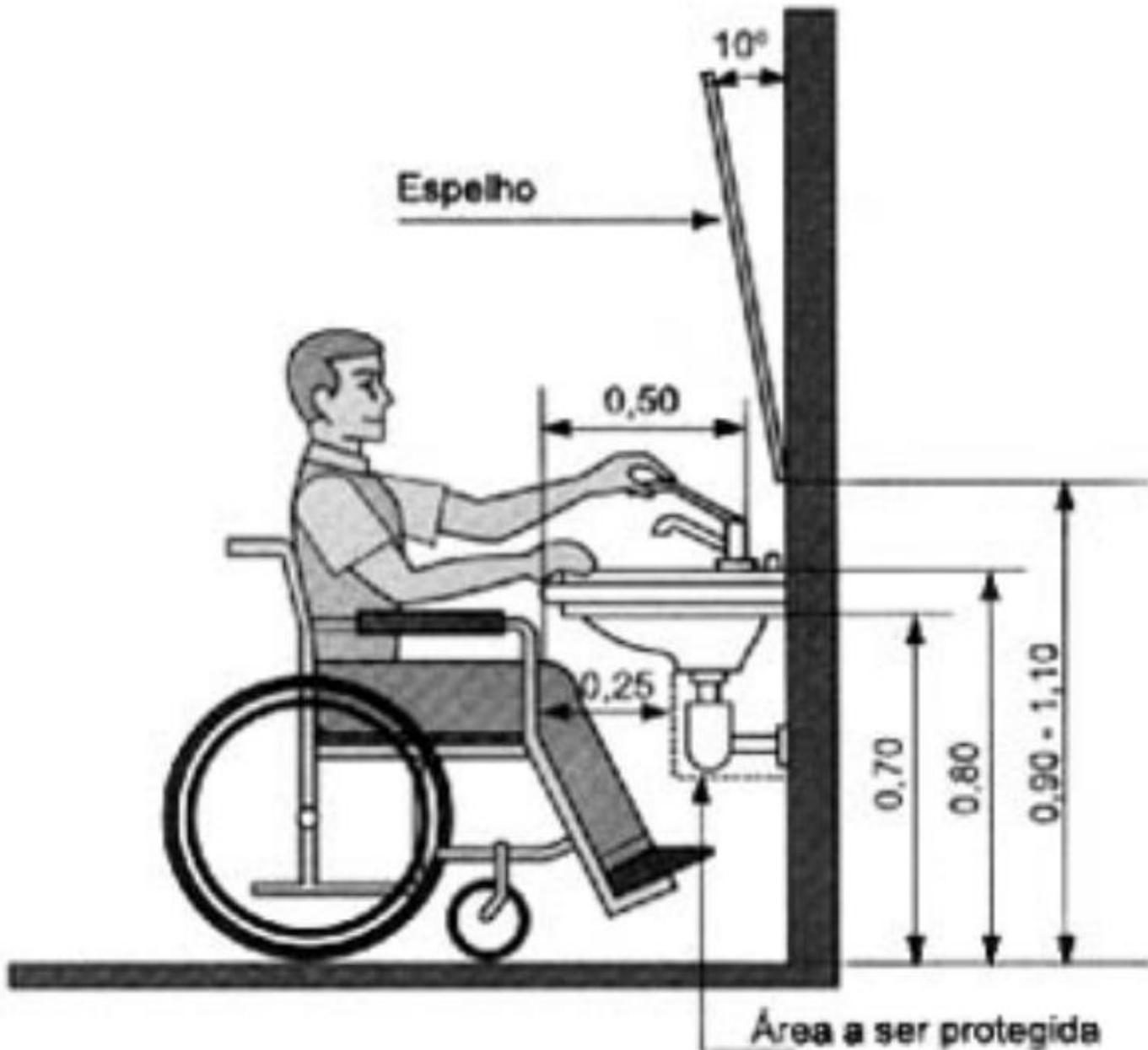
Nos sanitários PNEs deverão ser instalados kits de barras, as mesmas devem estar instaladas de acordo com a norma, bem como devem estar junto ao lavatório e ao vaso sanitário.



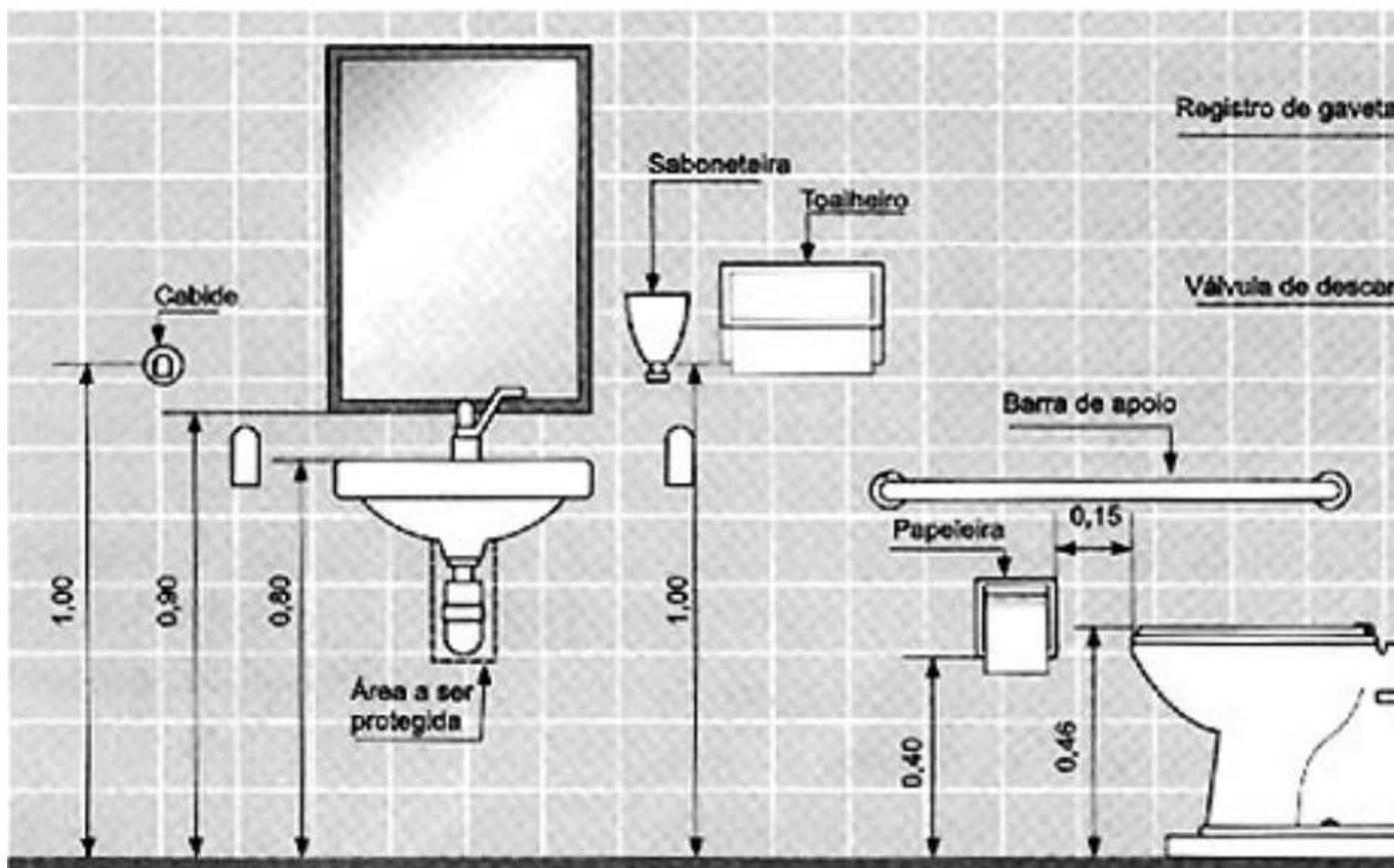


PREFEITURA DA CIDADE DE

**SÃO SIMÃO**



*Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo*  
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP  
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



### Acessórios sanitários.

### PINTURA

Fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, para preparo de superfície de reboco existente, tratamento das fissuras e demais imperfeições.

Fornecimento de materiais e mão de obra, para pintura em tinta látex acrílico, nas paredes internas e externas, inclusive forro nas áreas da reforma. Fornecimento de materiais e mão de obra para pintura dos pilares e da estrutura em madeira do telhado da entrada principal. Fornecimento de materiais e mão de obra para pintura de todas as janelas e portas novas e existentes do prédio.

### SERVIÇOS FINAIS

Á limpeza deverá ser procedida, durante a execução da obra,

periódica limpeza e remoção de entulhos e detritos que venham a se acumular diariamente. Ao final da reforma a obra deve ser totalmente limpa e sem entulhos.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Os projetos e detalhamentos são parte integrante deste memorial, devendo ser obedecidos rigorosamente.

Todo o material a ser utilizado deverá ser de primeira qualidade e ter aprovação prévia da municipalidade, assim como qualquer alteração ou substituição que venha a favorecer o melhoramento e/ou qualidade dos serviços.

A obra deverá ser entregue completamente limpa e em pleno funcionamento. Os serviços serão acompanhados pela fiscalização da municipalidade podendo a mesma impugnar qualquer trabalho que não satisfaça as condições deste memorial, sendo a contratada obrigada a demolir qualquer trabalho rejeitado pela contratante, sem qualquer ônus para a mesma. Ao término de cada etapa descrita a fiscalização deve ser comunicada.

Deverá permanecer no canteiro de obras a seguinte documentação: todos os projetos, orçamento, cronograma, memorial, diário de obra e ART's ou RTT's.

O responsável pela fiscalização tem plena autonomia para evitar a permanência na obra de qualquer funcionário que esteja em desacordo com as recomendações descritas neste memorial.

Para qualquer esclarecimento referente ao projeto, orçamento e/ou memorial descritivo, a Empresa deve dirigir-se ao órgão responsável na Municipalidade.

**São Simão-SP, 26 de agosto de 2022.**

### **VIVIAN SACCHI BORDIGNON**

Chefe de Setor I - Departamento de Obras  
Arquiteta e Urbanista CAU A 39525-0  
Prefeitura Municipal de São Simão – SP

### **ANTÔNIO CLAUDIO GARCIA DUARTE**

Eng. Civil CREA 060.182.377-3  
Eng. Responsável da Prefeitura Municipal

## ANEXO VII

### Modelo de Declaração

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Razão Social/NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_ CNPJ/CPF  
n.º: \_\_\_\_\_, Inscr. Estadual/RG n.º \_\_\_\_\_ Inscr. Municipal  
\_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Cidade/Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

**Declaramos expressamente que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

ASSINATURA PROPRIETARIO

*ANEXO VIII – Modelo de Atestado de Vistoria*

*Atestado de Vistoria*

Tomada de Preços n.º 019/2022  
São Simão, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº XXX/20XX

(EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, e inscrição estadual XXXXXXXXX, com sede à (ENDEREÇO), neste ato representada por (NOME), profissão, portador do RG XXXXXXXX, do CPF nº XXXXXXXX, vem em atenção a Tomada de Preços nº 019/2022, declarar que efetuou prévia visita ao local onde será realizada a obra e que não constatou erros, omissões ou discrepância com relação as peças que compõem o Edital.

Atenciosamente,

---

RESPONSÁVEL TÉCNICO

**OBS: CASO A EMPRESA PARTICIPANTE NÃO DESEJA REALIZAR A VISTORIA NO LOCAL ESTA DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO QUE ENCONTRA-SE CIENTES DAS EXIGÊNCIAS E QUE ASSUME TODA A RESPONSABILIDADE QUANTO A EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DA OBRA.**

**ANEXO IX**

**Modelo de Proposta**

MODELO – PLANILHA DE PROPOSTA  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º: 019/2022  
PROCESSO n.º: 174/2022

**I – IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:**

Razão Social/NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_ CNPJ/CPF  
n.º: \_\_\_\_\_, Inscr. Estadual/RG n.º \_\_\_\_\_ Inscr. Mun. \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Cidade/Estado: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_  
Representante legal/ procurador: \_\_\_\_\_

II – VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta dias) no mínimo

**III – DADOS BANCÁRIOS:**

Banco: Agência: Conta Corrente:

**PROPOSTA DE PREÇOS**

**Item Qtde / Apresentação Descrição/ Preço Unitário / Preço Total**

OBJETO RESUMIDO	CONTRATAÇÃO E CENTRO PSICOSSOCIAL	EMPRESA ADEQUAÇÃO ATENDIMENTO	VALOR TOTAL R\$
-----------------	-----------------------------------	-------------------------------	-----------------

ITEM	ESPECIFICAÇÃO COMPLETA	UNID.	QTDE	PREÇO UNID.	PREÇO TOTAL
01	CONTRATAÇÃO E CENTRO PSICOSSOCIAL	***	1	TOTAL	X

**TOTAL GERAL - R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX**

Declaramos ciência de todos os termos constantes no instrumento convocatório.

Cidade e Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal/procurador

*Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo*  
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP  
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25

**ANEXO X**

**Modelos de declaração de elaboração independente de proposta**

(CONFORME ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO)

**PROCESSO n. 174/2022**

**TOMADA DE PREÇOS n. 019/2022**

\_\_\_\_\_ (*representante do licitante*), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, como representante devidamente constituído de \_\_\_\_\_ (*identificação do licitante ou do Consórcio*), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, doravante denominado ( Licitante /  Consórcio), para fins do disposto no Edital da presente Licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente (pelo  Licitante /  Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Município de \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(*assinatura do representante legal do  Licitante /  Consórcio*)

**ANEXO XI**

**Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação**

A \_\_\_\_\_, CNPJ/MF N° \_\_\_\_\_,  
sediada à \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade  
\_\_\_\_\_

DECLARA sob pena da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório n° XXX/XXXX Tomada Preço n° XXX/XXXX, bem como estar ciente da obrigatoriedade de declarar quaisquer ocorrências posteriores.

São Simão SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
nome e n° da identidade do declarante

## ANEXO XII

**Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007;**

### **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Tomada de Preços n° 019/2022

São Simão, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO  
TOMADA DE PREÇOS N° XXX/20XX

### **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

(EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXXX, e inscrição estadual XXXXXXXXX, com sede à (ENDEREÇO), neste ato representada por (NOME), profissão, portador do RG XXXXXXXX, do CPF n.º XXXXXXXXX, vem em atenção ao disposto no Tomada de Preços n° XXX/20XX, declarar, sob as penalidades cabíveis, sua condição de microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n° 123/2006.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

**ANEXO XIII**

Declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999.

**DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR (PESSOA JURÍDICA)**

Processo n. 174/2022  
Tomada de Preço n. 019/2022

( Nome da Empresa ) , inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (se for o caso)

.....  
(data)

.....  
(representante legal)